

Volume 1 - Nº 2/2018

# DUMÉILA



**Memória:** FMU celebra 50 anos dedicados à formação de profissionais de sucesso e cidadãos conscientes

**Espaço Nera:** Parceria com o curso de Musicoterapia no combate às práticas racistas



# ABAYOMI

“As abayomis eram bonecas de pano, feitas pelas mães nos navios negreiros que vinham para a América. Com a longa viagem, as crianças ficavam tristes, choravam, e as mães rasgavam pedaços da saia e criavam essas bonecas para os filhos, com cinco pontos de amarração. E, dizem que, cada vez que a mãe dava um nó para a criação da boneca, ela desejava uma coisa boa para o filho, porque ela sabia que quando chegassem na América, seriam separados. A boneca normalmente é feita do tamanho da palma da mão para que não fossem arrancada delas pelos capatazes. Alguns historiadores, inclusive, dizem que muitos irmãos se encontraram porque reconheceram o tecido da saia da mãe numa abayomi” (Thais Cruz, musicoterapeuta)



NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
ÉTNICO-RACIAIS

FMU FIAMFRAM

# 50 anos de uma história diversa!

## Expediente

A DUMELA é uma produção do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA), pertencente ao Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM.

Volume 1 | Nº 2/2018 | Semestral

**Reitoria:** Manuel Nabais da Furriela.  
**Gerente da Escola de Educação, Comunicação, Artes, Design e Moda:** Vicente William Darde.

## A DUMELA

**Diretora de Redação:** Carla de Oliveira Tôzo (MTB 033685 SP).

**Editora Executiva:** Edilaine Heleodoro Felix (030438 SP).

**Produção Executiva e Coordenadora do NERA:** Maria Lúcia da Silva (MTB 0563 ES).

**Editor de Arte:** Euclides dos Santos.

**Designer:** Iuri Lima.

**Monitores do Nera:** Ana Luiza Souza, Gabriele Sales, Iuri Lima, Mateus Lima Santos, Renato Barbato, Sara Kécia B. de Souza, Simony Maria da S. França.

**Colaboração dos Estagiários da AICom:** Caique Reis, Gabriela Marqueti, Luiz Alberto Rheda, Vanessa Cristina e Valéria Alves de Lana.

## O NERA

O NERA É formado pelos professores Carla de Oliveira Tôzo, Cláudia Nonato, Eduardo Viné Boldt, Edilaine Heleodoro Felix, Maria Lúcia da Silva.

A DUMELA está localizada nos seguintes endereços: Av. Santo Amaro, 1239 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04745-000 e Av. Morumbi, 501 - Morumbi, São Paulo, SP - 05607-000

Você pode entrar em contato conosco através dos e-mails [redacao@revistadumela.com.br](mailto:redacao@revistadumela.com.br) e [maria.l.silva@fiamfaam.br](mailto:maria.l.silva@fiamfaam.br)

ISSN 2595-797X | Volume 1 | Nº 2 | Novembro 2018

**P**ara inibir ações racistas, homofóbicas, misóginas, iniciamos esse semestre o lançamento da campanha de conscientização - 50 anos de uma história diversa - que assinamos junto com a Gerência de Marketing da Instituição. A ação atinge todo o público interno e visa lembrar que somos o retrato da sociedade brasileira, diversa.

Para nós do curso de Comunicação essa campanha institucional reforça o entendimento que nos levou a construir os núcleos de estudos, que hoje atendem como atividade de extensão de todo o Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM, e que vem contribuindo e construindo valores positivos sobre a nossa diversidade étnica, de gênero, cultural e de respeito pelo meio ambiente.

Nós integrantes do NERA estamos otimistas e confiantes por termos atingido com nossas narrativas os públicos internos da Instituição com a revista impressa e o site DUMELA que formalmente vem registrando nossas histórias.

Essa contribuição na construção de narrativas existe desde o primeiro número da DUMELA com a participação de alunos e professores de todo o Complexo e só tem aumentando conforme o site vai se tornando mais conhecido.

Estamos em festa. Completando 50 anos – bodas de ouro – em algumas culturas. Momento que culmina com muitas mudanças na sociedade brasileira. São os ditos ritos de passagem, nos ensinam os antropólogos. É a hora de relatar e registrar nossas memórias para caminharmos com mais esperança. Na seção Memória temos uma reportagem que conta um pouquinho

dessa história na fala de todos que ajudaram a construir essa história. O reitor Manuel Furriela é um grande entusiasta da educação e enfatiza que, independente de cargo, todos os entrevistados possuem algo em comum que é o apreço pelo trabalho e a visão da educação como um bem que traz evolução para nossos alunos e alunas espalhadas por todo Brasil e mundo.

Também não podemos deixar de falar sobre nossa parceria com o curso de Musicoterapia na seção Espaço NERA com as atividades desenvolvidas pela professora Maria Carolina dos Santos e suas alunas, que atuam no combate a diversas questões, entre elas a doença psicológica que é o racismo que atinge os negros e indígenas.

Em nome dos professores e alunos do NERA agradecemos de coração a todos que colaboram com a DUMELA e, especialmente, aos coordenadores dos cursos de todo o Complexo FMU|FIAM-FAAM que não poupam apoio, elogios e orgulho quando falam do trabalho que realizamos.

Muito obrigada, boa leitura.

Maria Lúcia da Silva

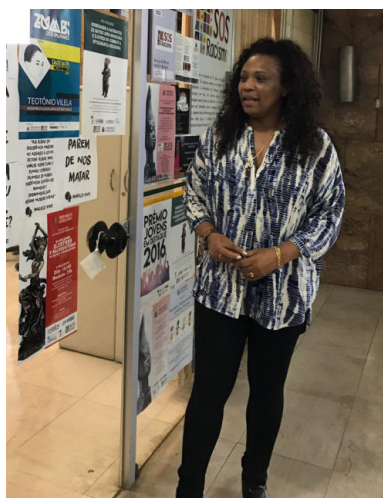
# 39

## Memória

*FMU: Bodas de Ouro na educação*



**21** Espaço NERA e Musicoterapia: uma união contra o racismo



# 28

## Personalidade

*“Eu sou uma pessoa resiliente”*

# Sumário

- 6** Por que ler
- 8** Por que ver
- 10** Por que ouvir
- 13** Espaço Discente
- 18** Espaço Docente  
*As temporalidades e o ensino de história*
- 34** Desmistificando  
*A história dos Negros que a branquitude brasileira esconde*
- 49** Diálogos  
*Um novo olhar sobre a escravidão*
- 54** Ensaio  
*Futebol: a doce e difícil busca pela realização*
- 58** Precisamos falar  
*Cotas raciais: uma medida necessária*
- 61** Reflita  
*Politicamente correto: censura ou nova consciência?*

# Exemplo de coragem e determinação

Por Mateus Lima\*

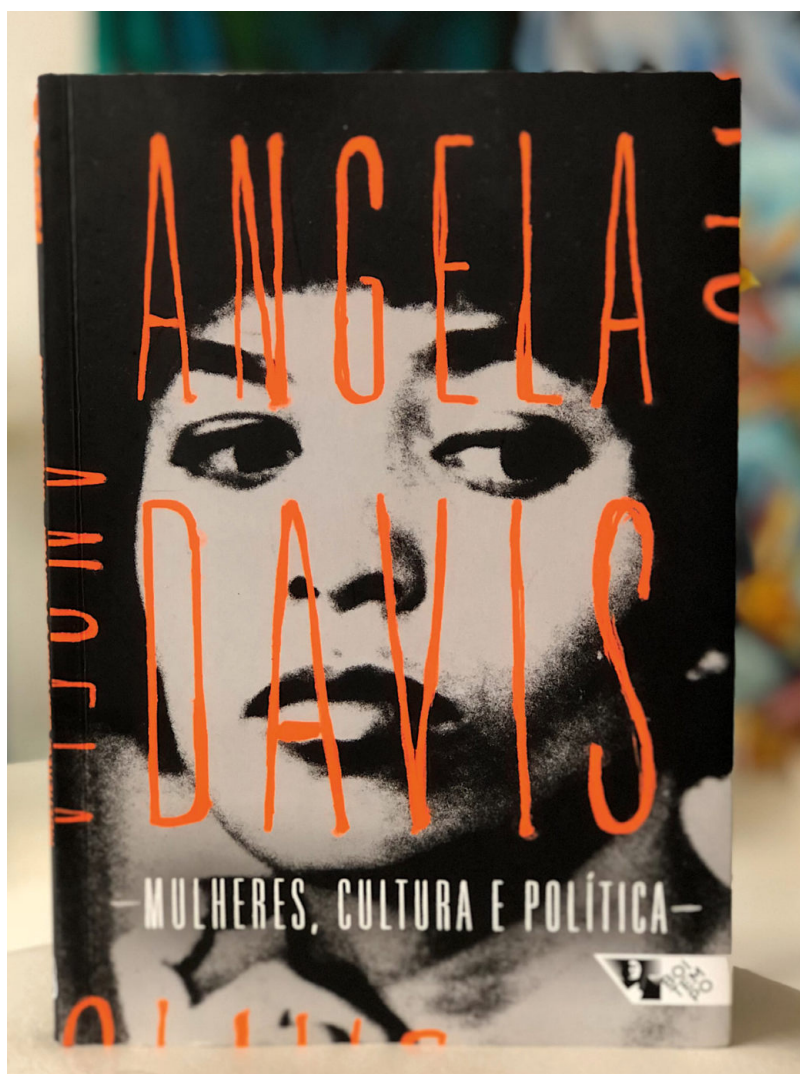
Angela é ativista política na luta pelos direitos civis, filósofa, professora emérita da Universidade da Califórnia, acompanhou os Panteras Negras, fez parte do Partido Comunista, e em 1970 foi presa sob falsas acusações de assassinato, sequestro e conspiração, quando ganhou fama com o apoio da campanha a seu favor, sendo absolvida em 1972.

*Mulheres, cultura e política*, é um resumo histórico, sentimental e cheio de garra sobre as percepções e vivências de Angela em um mundo branco e racista. Davis constrói ao longo das 196 páginas, capítulos voltados para os mais amplos ângulos, essenciais para qualquer civil.

Em uma narrativa linear, somos contextualizados historicamente sobre a iniciação das mulheres brancas no feminismo que deixavam de lado as pautas das mulheres negras, por racismo e diferença de classe. Também conhecemos as primeiras Agremiações de Mulheres Negras, as críticas ao governo Ronald Reagan, os números e dados assustadores sobre desemprego, sem-tetos e todos os avanços e retrocessos.

Outro ponto que prevalece na obra são os relatos sobre o capitalismo que prejudica a família negra na inclusão social, deixando-os cada vez mais pobres e os brancos cada vez mais ricos, além da falta de assistências como saúde e moradia.

A filósofa deixa clara a sua visão sobre toda a luta que assistiu, estudou e vivenciou na pele, ligando questões como paz e o armamento mundial, retrato das mulheres negras ao redor do mundo e uma importante reflexão sobre a autobiografia de Winne Mandela.



Arquivo pessoal

Angela nos lembra a importância de sermos antirracistas para compreendermos os diversos fatores que atrapalham a luta pela igualdade em uma sociedade predominantemente sexista, sempre buscando os direitos humanos.

Trata-se de uma leitura obrigatória

para todos que desejam saber de forma intensa a verdade sobre os fatos.

\*Aluno do sétimo semestre do curso de Jornalismo e Monitor do NERA.

# As (não) alegrias da maternidade

Por Vanessa Cristina\*

*As alegrias da maternidade.* Quem lê o título sem saber do que se trata a obra, pode facilmente se enganar e imaginar uma história com um lindo final que te arranque um sorriso dos lábios e deixe seu coração mais leve. Bom, se é isso que você espera do livro da autora nigeriana Buchi Emecheta, sinto lhe desapontar. Essa obra tem um outro objetivo.

Buchi Emecheta nasceu em Lagos, antiga capital da Nigéria e passou grande parte de sua infância na cidade de Ibuza, lar de seus pais. Sua obra é um reflexo de sua própria vida. Buchi casou-se muito cedo, teve muitos filhos, e viu-se sozinha para criá-los, pois o marido não aceitava seu desejo de se formar em uma faculdade e tornar-se uma escritora. E é exatamente sobre isso que *As Alegrias da Maternidade* trata: o papel da mulher, principalmente negra, na sociedade patriarcal.

A trama do livro gira em torno de Nnu Ego, nascida na cidade de Ibuza, e criada segundo as tradições e valores do grupo étnico Igbo. A história se passa na época em que a Nigéria era colônia da Inglaterra e os negros extremamente marginalizados, e nesse contexto, o único papel da mulher nigeriana na sociedade era se casar e gerar filhos para garantir a descendência do nome de seu marido. E Nnu Ego, inserida nessa situação, tinha as mesmas aspirações que qualquer mulher da época.

Logo de início conhecemos os pais de Nnu Ego: Nwokocha Agbadi, um grande líder de tribo, que tinha uma coleção de esposas e amantes, e Ona, uma personagem muito interessante que destoa das mulheres de sua época. Ela era uma mulher obstinada e confiante, não tinha medo da própria sensualidade em uma época em que apenas as mulheres recatadas eram vistas como valorosas.

Nnu Ego não puxou as aspirações e a obstinação de sua mãe e logo acaba se casando em busca de cumprir sua missão como mulher. Mas o tempo passa e Nnu

Ego percebe que é incapaz de dar um filho a seu marido que não demora muito a procurar uma nova esposa para gerar descendentes.

Nnu Ego vê-se rejeitada e trocada por uma mulher mais jovem e fértil. Ela, então, separa-se e retorna a casa de seu pai, amaldiçoando sua chi que não permitia que ela tivesse um bebê nos braços. Segundo a tradição dos igbos, todos tem um chi, espírito que acompanha uma pessoa durante toda sua vida ajudando-a ou não.

Apesar dos traumas do primeiro casamento, Nnu Ego logo encontra um novo pretendente e é nessa fase do livro que nos deparamos com uma nova realidade. O novo marido de Nnu Ego, Nnaife, mora em Lagos, cidade distante e mais influenciada pelas mudanças causadas pela colonização britânica, longe das tradições do povo Igbo, e para a surpresa da mais nova esposa, trabalha como lavador na casa de patrões ingleses. Essa situação nos direciona a diferentes questões sociais ao mesmo tempo: as diferenças entre uma Nigéria apegada a suas tradições (Ibuza) e uma Nigéria modificada pela colonização e pelos padrões de vida ingleses (Lagos). Também trata sobre papel do povo negro no contexto de colonização, onde só lhes era reservado o espaço como serviçais dos colonizadores.

Outro aspecto interessante é o machismo e preconceitos enraizados atingindo não somente homens, mas mulheres também. Nnu Ego quando descobre que seu novo marido é um serviçal, fica indignada, afinal segundo suas crenças, isso não é trabalho para homem, os homens devem estar na lavoura, nos campos e não lavando roupas sujas por aí.

O marido não a agrada, mas mais uma vez a impotência da mulher se faz evidente e Nnu Ego, sabendo que seu dever é agradá-lo, cede aos deveres do casamento e realiza o sonho de ser mãe. Agora sua



Arquivo pessoal

vida estava completa e sua vergonha seria esquecida. Era uma mulher completa.

Mas muitas amarguras estão por vir no desenrolar da vida da nossa personagem. Acontece algo muito grave e Nnu Ego se sente uma mulher fracassada novamente. A sua história é cheia de altos e baixos que mostram as angústias de uma mulher naquela sociedade nigeriana.

Apesar de ter sido escrito em 1979, e de tratar de um contexto histórico diferente do que vivemos agora, *As Alegrias da Maternidade* continua sendo de uma atualidade gritante. Evoluímos em muitos aspectos, e talvez hoje em dia, no Ocidente, o sucesso da mulher não dependa somente da maternidade. No entanto, o ideal de felicidade e plenitude referentes a figura da mulher permanece sendo um bom casamento e filhos. Aliás, um dos trechos do livro deixa evidente toda ironia contida em seu título: “O que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhe dessem um sepultamento decente?”

\*Aluna do sexto semestre do curso de Jornalismo.

# O necessário e atual Eu Não Sou Seu Negro

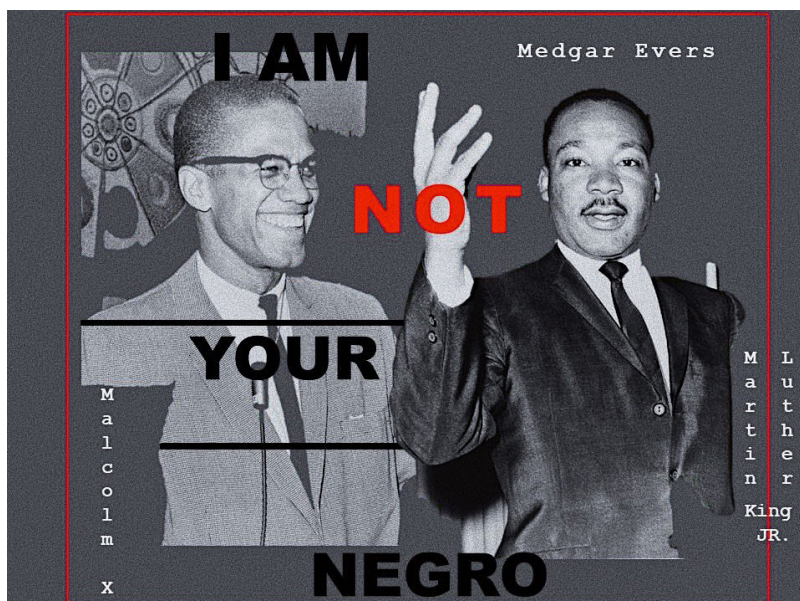
por Mateus Lima\*

**L**i recentemente uma entrevista da ícone, Viola Davis para o Times, na qual a atriz diz se arrepender pelo papel de Aibileen de *Histórias Cruzadas* (2011), cuja encenação lhe rendeu uma indicação ao Oscar de Melhor Atriz. Davis comentou que a produção não representou corretamente as empregadas negras, que trabalhavam para famílias brancas em 1963, nos Estados Unidos. De fato, ao assistir *I Am Not Your Negro* (2016), dirigido e escrito por Raoul Peck, baseado no inacabado livro *Remember This House* de James Baldwin, é impossível não concordar com Viola Davis.

O documentário, narrado por Samuel Jackson, conta o que Baldwin escreveria sobre os assassinatos de seus três amigos, todos nos anos 60 - Martin Luther King Jr, Malcolm X e Medgar Evers - importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros, não só nos Estados Unidos, mas do mundo, intercalando entrevistas da época com os fatos atuais.

O fatídico anos 60, além de toda a influência histórica desde a escravidão, foi impulsionado pelo slogan American Way of Life (jeito ou estilo americano), que nasceu durante a Guerra Fria, na qual publicidades retratavam os brancos em sua linda e feliz família e com seus empregados negros, além da segregação baseada na discriminação racial, dividindo negros de brancos, em instalações públicas e privadas, mostrando o tamanho do racismo em uma sociedade dita como avançada.

O documentário narra as lutas desses líderes para impor seus discursos em uma sociedade em que apenas brancos determinavam leis e inúmeros negros eram vítimas de



racismo e de violência policial.

Um dos destaques da obra é a trajetória de Luther King que em campanhas de não violência e de amor tentava abrir os olhos “dos brancos ignorantes” em relação aos negros. Em *I Have a Dream*, um dos mais emocionantes discursos da história, Martin Luther King emana para uma Washington lotada de brancos e negros o sonho da verdadeira igualdade e liberdade entre todos.

Liberdade essa, que mesmo em 2018, ainda não é sólida. A campanha publicitária da Nike Dream Crazy que tem como rosto o jogador de futebol americano Colin Kaepernick sofreu boicote por uma parcela da população. Colin chamou a atenção do mundo ao protestar contra o presidente americano Donald Trump e o racismo ao ficar de joelho durante a execução do hino nacional. Internautas apareceram queimando produtos e dizendo que a gigante

empresa foi ‘contra a nação’ pela falta de ética do atleta em joelhar durante o hino.

Esse racismo que assombra a realidade faz com que *I Have a Dream* e toda a história retratada em *I Am Not Your Negro* torne-se fundamental na busca por uma realidade social mais justa, principalmente para a população negra.

\*Aluno do sétimo semestre do curso de Jornalismo e Monitor do Nera.

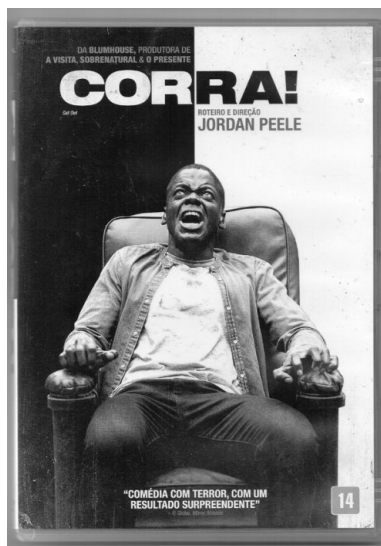
Arquivo pessoal



# Um novo roteiro para descolonizar uma velha história

Como Jordan Peele contou nas telas o que vem se repetindo nas ruas

Por Gabriela Marqueti\*



Arquivo pessoal

“Eu estou cansado deles. Eles estão por toda parte, como ratos. Estão destruindo o ecossistema. Se eu vejo algum morto, eu penso: ‘é um começo’”. Esse é um dos diálogos mais marcantes presentes no filme *Corra!*, dirigido por Jordan Peele. O autor da frase impactante – e um tanto quanto perturbadora – é Dean Armitage (Bradley Whitford), um muito bem-sucedido neurocirurgião e pai de Rose Armitage (Allison Williams). O filme trata de uma viagem de fim de semana que Rose faz até a casa dos pais para que eles conheçam seu namorado, Chris (Daniel Kaluuya), que é negro. Logo na primeira cena do casal, Chris demonstra sua preocupação por saber que estaria sendo apresentado a uma família rica de brancos sendo o primeiro namorado negro que Rose já teve. Ela tenta acalmá-lo, assegurando que os pais não são racistas e que nada pode dar errado. Chris é extremamente bem recebido pela família, que não parece demonstrar qualquer surpresa ou desconforto

com a cor de sua pele em um primeiro momento, mas que logo protagoniza uma mudança sutil de comportamento, uma série de pequenos deslizes e comentários suspeitos, como o do pai de Rose. No discurso, ele se referia ao grande número de veados que cercam a propriedade e a região onde a família mora, bem afastada do centro. Mais tarde na trama, o espectador percebe que suas palavras podem ter um sentido ainda mais sombrio.

O filme de Peele é feito para gerar tensão no espectador desde o primeiro momento. Conforme a trama se desenrola, o que parecia ser um inofensivo fim de semana em família se transforma em algo intensamente perturbador por si só. O espectador ainda é presenteado com ocasionais sustos inesperados acompanhados por uma sinfonia de violinos frenéticos e acordes brutos do piano. A tensão é crescente, muito bem conduzida, e dosada com cenas ocasionais de comédia através do melhor amigo de Chris, Rod (Lil Rel Howery), que proporciona o alívio cômico da angústia crescente que desemboca em uma sequência vertiginosa, avassaladora e até mesmo chocante nos últimos 30 minutos de filme.

*Corra!* é um filme de 2017 e aborda o tema do racismo na sociedade americana de modo nunca visto antes no cinema. Tanto os atores quanto o trabalho de câmera utilizado – em conjunto com a trilha sonora – trazem para a tela uma sequência de uma hora e quarenta minutos altamente inquietante, que causa uma sensação incômoda na boca do estômago e espasmos nervosos do começo até o fim.

A produção foi indicada a quatro Oscars na edição de 2018, dentre eles o de Melhor Filme, Melhor Ator com Daniel Kaluuya, e Melhor Diretor. Levou

apenas o de Melhor Roteiro Original em uma Academia que tem sido duramente criticada pela baixa representatividade negra em suas premiações.

## Uma obra necessária

O ano de 2016 foi marcado pela violência racial nos Estados Unidos, e, de modo especial, pela brutalidade policial contra negros – mais de 100 foram mortos pelas autoridades. O movimento Black Lives Matter, originado em 2013, voltou a ganhar força nesse período, indo às ruas para protestar contra o racismo e as vidas tiradas injustamente. Em 2015, por exemplo, estima-se que a polícia americana matou, em média, dois negros desarmados a cada semana. (Os dados são do FBI).

Entre 2016 e 2017, o movimento extremista conhecido como Ku Klux Klan – defensores da supremacia branca, do nacionalismo branco, e anti-imigração – voltou a assombrar o solo estadunidense, alegando que o discurso do presidente Trump os havia “empoderado”.

Portanto, analisando o histórico americano de ódio e violência contra a população negra, o filme de Jordan Peele passa a se infiltrar na mente do espectador menos como uma trama de horror psicológico quase absurda e mais como um grito de protesto, revolta e até mesmo socorro: “É assim que eles tratam nossos negros! É assim que somos vistos!” Daí vem uma possível interpretação para o título do filme – em inglês *Get Out!* – que pode ser traduzido livremente como “saia!”. Talvez uma mensagem para os negros residentes no país, um alerta vindo diretamente de uma América com Trump.

\*Aluna do sexto semestre do curso de Jornalismo.

# Elza Soares

Artista lança *Deus é Mulher* e chama todos à luta

Por Mateus Lima\*

Que Elza Soares já é consagrada na música brasileira, todos sabem, mas aos que estão para descobrir a artista ao ouvir seu 33º álbum de estúdio, é que Deus é mulher e Elza é a Messias. Não se trata apenas de entretenimento. O álbum, que contém 11 músicas, possui uma construção essencial e até mesmo didática, pois Elza não apenas levanta a bandeira como ensina; é um clamor cheio de coragem e emoção. As melhores características do seu último trabalho, *A Mulher do Fim do Mundo* (2015), mostram-se presente neste incrível manifesto e suas raízes emanam, através das letras políticas, na qual ela não só encoraja, mas nos chama para a luta, a favor de todos os que a sociedade, infelizmente, insiste em inferiorizar.

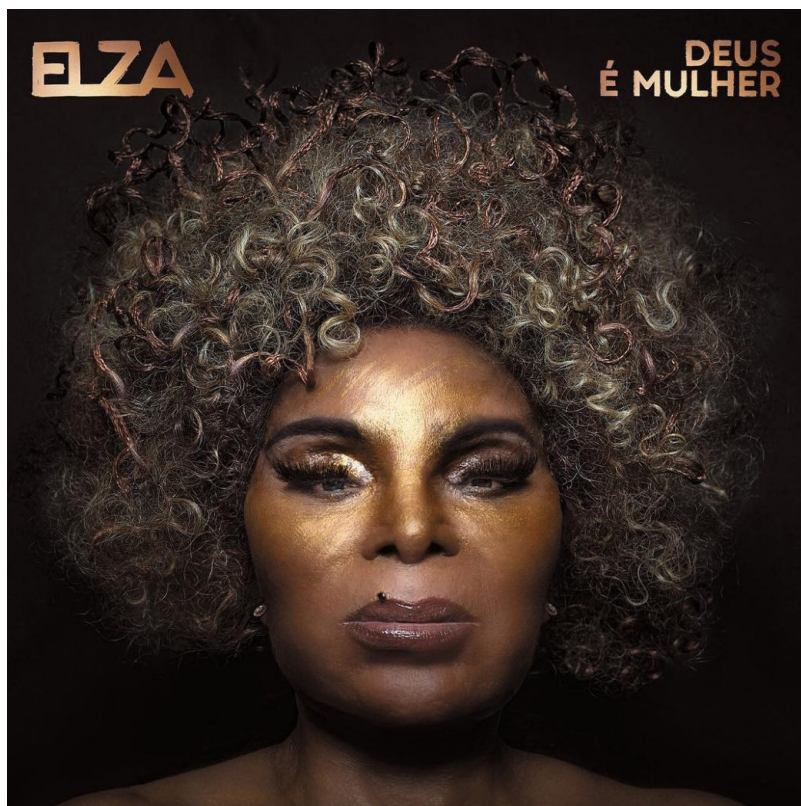
Logo no início da primeira canção intitulada *O que se cala*, a cantora em capela soa “Mil nações moldaram a minha cara”, sendo a voz dos oprimidos, que sofreram e sofrem com o heteropatriarcado, e ainda questiona a todos os opressores, machistas e preconceituosos: “pra que negar que o ódio é o que te abala”.

Com críticas certeiras e diretas, como o desvio de dinheiro das merendas, a fraca educação brasileira, as doutrinas que oprimem, ao machismo, a homofobia e todas as males que ainda assombram a sociedade, faz um trabalho essencial, embalado por batidas únicas, digno de um Nobel da Paz.

A força com a qual Elza descreve a mulher pode ser percebida na música *Dentro de Cada Um*, em que as estrofes relatam essa alma guerreira, ou, em minha interpretação, a mulher mais que um gênero, a mulher como uma força natural. É um chamado para relembrar que o poder existe dentro de cada uma.

As 11 canções são as palavras de salvação que precisamos ouvir nesse momento. Salve Elza!

\*Aluno do sétimo semestre do curso de Jornalismo e monitor do NERA



Divulgação: Facebook oficial

# Bárbara, Geni, Marina e Cássia



Ilustração

Resistência,  
subversão e afirmação  
LGBTQI+ na história  
da música popular  
brasileira

Por Renato Gonçalves\*

**P**ablo Vittar, Linn da Quebrada, Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira. Nos últimos anos, diversos nomes LGBTQI+ têm despontado no horizonte da música popular brasileira como um reflexo e uma celebração da ampliação da diversidade de gênero e sexualidade no Brasil. Contudo, o que pouco se diz é que, por trás desses nomes, existe uma extensa e importante trajetória da questão na canção brasileira. De Bárbara à Cássia, falemos de quatro mulheres que corajosamente usaram a música como um espaço de resistência, subversão e afirmação LGBTQI+.

Uma das primeiras personagens homossexuais na música brasileira é Bárbara. Presente na peça "Calabar", de Chico Buarque e Ruy Guerra, ela é viúva de Calabar. Em um momento chave da montagem, a prostituta Ana de Amsterdam convida Bárbara para "ceder à tentação de nossas bocas nuas" e "mergulhar no poço escuro de nós duas". A canção, considerada uma afronta à moral e aos bons costumes, foi censurada pela ditadura militar: o termo "nós duas", que marcaria o discurso entre duas mulheres, foi silenciado na gravação

de Chico Buarque, lançada em 1973. Ainda pelas mãos de Chico Buarque, em 1978, nasce a travesti Geni. Na peça "Ópera do Malandro", Geni (ou Genivaldo, como é constantemente chamada por personagens que perversamente não respeitam seu nome social) é uma personagem que transita entre as duas famílias rivais na trama. Em um determinado momento do espetáculo, após fornecer uma informação importante para o policial da peça, ela inicia um monólogo cantado ("Geni e o Zepelim") e narra a vida de uma Geni que é usada e abusada por diversas pessoas, por ser "boa pra apanhar" e "boa pra cuspir", explicitando a realidade de exclusão, consumo e descarte de corpos travestis e trans na sociedade. Atualmente, a artista trans Linn da Quebrada, na canção "Mulher" (2017), ressignifica essa Geni e passa a falar sobre as suas próprias vivências

Com o início da transição democrática, a partir de 1979, a cantora e compositora Marina Lima surge com um discurso homoafetivo em primeira pessoa que funde e confunde seu eu lírico homossexual, sua persona pública e sua vida privada. Fruto de novos tempos em que a moralidade torna-se obsoleta, Marina Lima lança, em 1985, "Difícil", uma canção que desenvolve um flerte de um eu lírico feminino a uma outra mulher: "aí, garota, eu gosto assim". Brincando com a sua homossexualidade ou bissexualidade, Marina ainda gravaria, em 1984, "Mesmo que seja eu", de Erasmo Carlos, subvertendo o eu lírico masculino que originalmente se dirigia a uma garota, e, em 1991, compõe e interpreta "Não estou bem certa", uma ode à "dama que me completa" e ao "homem que me desperta". Pensando o agora, no início de 2018, a artista lançou a canção

*"Se hoje temos mulheres e homens trans, travestis, mulheres lésbicas, homens gays e sujeitos não binários colocando em pauta temas tão progressistas na agenda cultural brasileira é somente porque antes deles e delas muitas outras e muitos outros abriram caminho"*

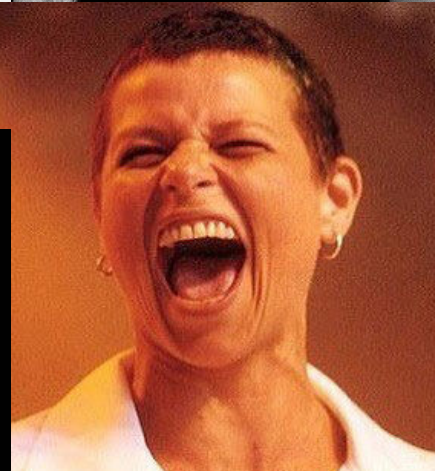
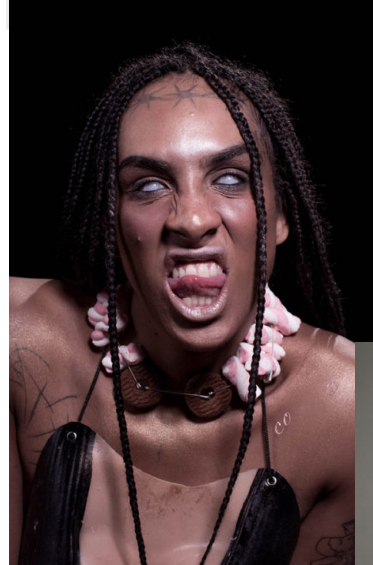
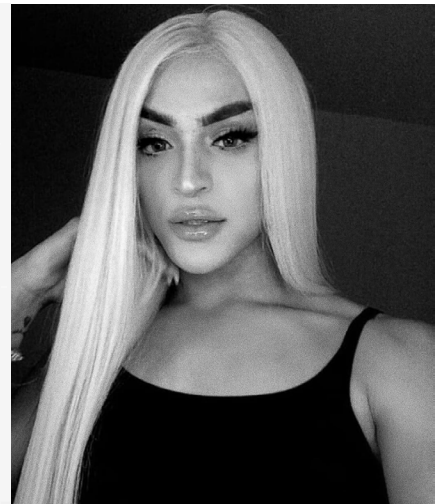
“Novas famílias”, na qual celebra as novas configurações familiares. <sup>1</sup>

Por fim, Cássia Eller usou seu corpo e sua voz para borrar as fronteiras entre o masculino e o feminino. Identificando-se publicamente como lésbica, Cássia, desde a sua estreia, em 1990, utilizou roupas masculinas, trabalhou com uma região de voz grave e privilegiou um repertório que hoje poderia ser considerado queer. Logo no seu primeiro disco, a canção “Rubens” traz um personagem masculino que se declara a um amigo de escola e pondera os medos em relação à possível reação dos familiares e colegas. A artista ainda foi uma das primeiras imagens públicas LGBT a assumir uma família homoparental, formada com Maria Eugênia, e que gerou o nascimento de seu filho Chicão. Embora Cássia tenha tido sua carreira precocemente interrompida, seu legado para a questão LGBTQI+ no Brasil é imensurável e abriu frente para artistas como Ana Carolina e Isabella Taviani.

Se hoje temos mulheres e homens trans, travestis, mulheres lésbicas, homens gays e sujeitos não binários colocando em pauta temas tão progressistas na agenda cultural brasileira é somente porque antes deles e delas muitas outras e muitos outros abriram caminho. Pensando a história como uma grande narrativa tecida e construída a partir de pontos de vista dominantes, o momento é oportuno para dimensionarmos e mapearmos quantas vezes foram ou ainda têm sido silenciadas dentro da história oficial de nossa cultura. Quem, por exemplo, já ouviu falar da cantora lésbica Tuca que lançou discos na década de 1960 e 1970?

Essas e outras canções estão presentes no livro “Nós duas. As representações LGBT na canção brasileira”. Disponível para download gratuito em: <https://www.facebook.com/olgbtncancao/>

\*É professor do curso de Publicidade e Propaganda do FIAM-FAAM Centro Universitário.



1- Marina Lima (divulgação), 2- Pablo Vittar (Instagram oficial), 3- Linn da Quebrada (Sentidos Produções), 4- Cássia Eller (Instagram Oficial), 5- Liniker e os Caramelows (Leila Pentead)



# Livro Fotorreportagem:

## Buscando um sonho

Por Vinicius de Souza Melchior\*

“O futebol sempre fez parte da minha vida e graças a minha profissão consegui trabalhar no meio. Decidi realizar o trabalho sob a orientação do professor Eduardo Viné Boldt com os garotos da categoria sub20 do Nacional Atlético Clube, clube que trabalho como fotógrafo. Com isso comecei a perceber que muito do que se passa no ambiente do futebol não é transmitido ao público. Achei interessante pesquisar e buscar entender o que se passa na cabeça de um jovem jogador de futebol que busca a profissionalização. Existe atualmente uma linha de corte cruel quando o atleta completa 20 anos. A categoria sub20 é naturalmente o último estágio de formação, e muitos atletas, caso não sejam profissionalizados, acabam encerrando a carreira ali mesmo. Recentemente tivemos a volta do Campeonato Brasileiro de Aspirantes (atletas até 23 anos) e com isso alguns poucos clubes, principalmente os grandes do país, ainda conseguem alongar um pouco mais o ciclo de alguns atletas.

Muitos de nós quando estamos do lado de fora temos a impressão de que jogar bola é só entrar em campo e buscar o objetivo maior que é a vitória. Com a produção do livro a intenção foi mostrar que o atleta é um ser humano e nem sempre recebe as melhores condições compatíveis com o nível de cobrança pelo seu futebol.

O processo de produção do livro *Buscando um sonho* durou um ano. Os primeiros seis meses foram dedicados a pesquisa de referências teóricas e

algumas conversas informais com membros da comissão técnica afim de identificar bons personagens para a produção. Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, já com alguns potenciais personagens em mente, comecei a produzir as pautas das entrevistas e esperei até que o elenco do Nacional Atlético Clube estivesse fechado para que eu não encontrasse contratemplos durante a produção do trabalho.

De todos os personagens, o que mais me chamou a atenção foi o goleiro Phillip Ejimadu. Phillip nasceu em Minessota, Estados Unidos. Filho de pai nigeriano e mãe brasileira, mudou-se para São Paulo bem jovem, aos 7 anos. O goleiro é o mais experiente do grupo de

entrevistados. Já passou algumas semanas treinando com o elenco profissional e no mês de março foi convocado para representar a seleção norte americana sub20 durante um período de treinos na Espanha.”

\*Vinicius Melchior, graduado em Jornalismo pelo FIAM-FAAM



da esquerda para a direita: Professores Piero Sbragia e Eduardo Viné Boldt; Vinicius Melchior e convidado Mauricio Rummens

Arquivo pessoal

# Documentário:

## Crespo, sim!

Por Carolina Matias\*

“Me chamo Carolina Matias, sou mulher negra e lésbica, tenho 21 anos e estou no sétimo semestre de Rádio e TV. O nome do trabalho em formato documentário\*\*, realizado no primeiro semestre de 2018 e orientado pelo professor Valdir Baptista se chama *Crespo, sim!*, cuja temática é o orgulho crespo e a aceitação.

A escolha do tema surgiu de um dos integrantes do grupo, Cassio Silva, que já tinha projetos ligados ao tema e queria concretizá-los falando da beleza e orgulho do cabelo crespo. O grupo abraçou a proposta e então começaram as pesquisas para poder falar com propriedade sobre o tema. O primeiro passo foi sob orientação do professor Valdir que pediu a elaboração de uma pesquisa histórica, do surgimento do Movimento Black Power, da chegada no Brasil etc. Para que pudesse ter uma maior orientação e abrangência no tema, ele indicou que falássemos com a professora Maria Lúcia, que é mestre no assunto. Conversei com ela em um bate-papo que abriu caminhos preciosos para o andamento do trabalho. Depois do processo de pesquisa, era necessário elencar personagens distintos para que tivesse um diferencial. Escolhemos um cabeleireiro especialista em estilos afro-urbanos, uma modelo que passou por uma transição capilar e a professora Maria Lúcia. O trabalho proporcionou maior conhecimento pessoal e sobre a nossa história, a história do nosso povo, aumentando minha força no Movimento Negro. Aprendi que existem histórias de

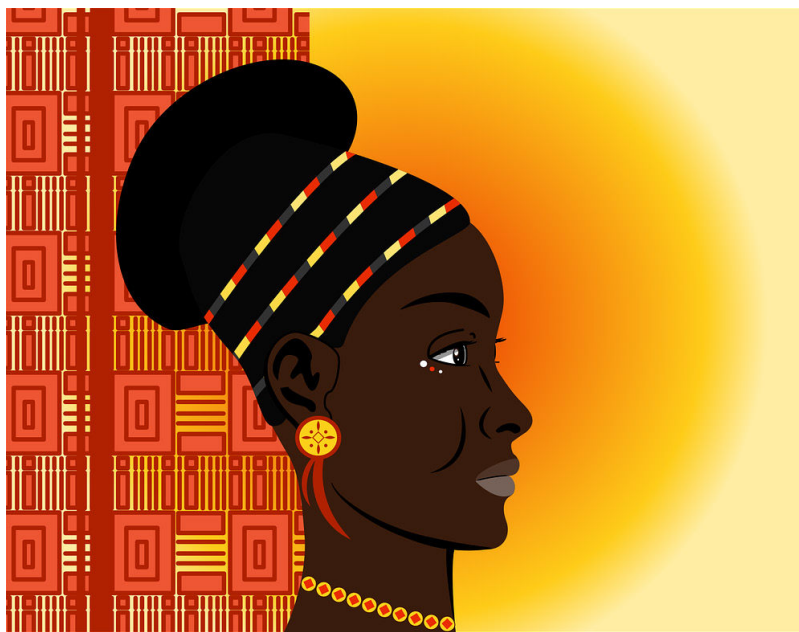
luta, que outros vieram antes de nós e temos que respeitar e valorizar essa história. O racismo enraizado é enfraquecido toda vez que uma pessoa decide deixar o cabelo natural, que decide o que quer fazer, que se reconhece enquanto negritude. O emponderamento pode salvar a identidade das pessoas e mostrar que estaremos aqui para resistir e afrontar o racismo e preconceito.”

\*Aluna do sétimo semestre do curso de Rádio, TV e Vídeo.

\*\* Documentário desenvolvido por Carolina Matias, Cassio Silva, Jade Cervantes, Renato Silvestre e Tiago Carvalho.



Arquivo pessoal

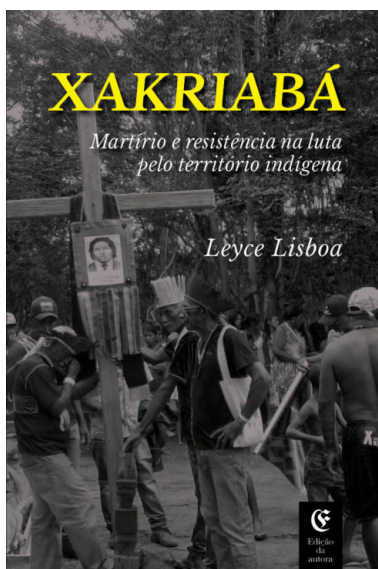


Ilustração

# Livro Reportagem:

## Xakriabá: martírio e resistência na luta pelo território indígena

Por Leyce Luise Lisboa Neves\*



Arquivo Pessoal

“O livro *Xakriabá: martírio e resistência na luta pelo território indígena*, resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de jornalismo, orientado pela professora Dr<sup>a</sup>. Michelle Roxo, retrata a luta do Povo Xakriabá, em São João das Missões, Minas Gerais, pelo território, abordando as condições sociais do grupo e como a memória das três lideranças assassinadas em 1987, no episódio conhecido como martírio xakriabá, atua como fator de resistência. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), 252 povos indígenas vivem no Brasil, mas essa diversidade e os desafios dessa população são pouco retratados no jornalismo. A violência sofrida por esses povos, em geral, é apresentada apenas como disputa de terras, ignorando os aspectos

culturais que determinado lugar representa para as comunidades indígenas. Diante desse quadro, percebi que eu também me encaixo no grupo dos que desconhecem tamanha riqueza e realidades.

A parte mais desafiadora do processo foi o trabalho de campo e o transporte até aldeia foi a minha maior dificuldade. A autorização e a confiança do cacique foram essenciais para que os indígenas abrissem as portas das suas casas para contarem a respeito das suas vidas no território. E as entrevistas, mesmo com um roteiro, foram bem abertas, pois a forma como eles relatam e o olhar que carregam sobre a própria história são elementos que enriqueceram as informações e que eu não poderia encontrar com clareza apenas nas minhas leituras.

A diversidade dentro do mesmo povo é uma forte característica dos xakriabás, caminhando longe dos estereótipos, pautando os seus direitos, ampliando o

acesso à educação e buscando representatividade política.

A memória dos indígenas Rosalino Gomes, Manuel Fiuza e José Teixeira, mortos no contexto de luta pelo território gera unidade e resistência, sendo nomes de referência para as novas gerações.

A oportunidade de realizar esse trabalho, de conhecer a minha própria região e de viver os desafios dessa reportagem foram primordiais para que eu visse de perto o quanto é importante se aproximar da realidade indígena e dar voz a esses povos. E a compreensão do território como identidade foi o maior aprendizado dessa jornada.”

\*Leyce Neves, graduada em Jornalismo pelo FIAM-FAAM



da esquerda para a direita: Ana Flávia, Leyce Neves; Professoras Michelle Roxo e Maria Lúcia da Silva

Arquivo pessoal

# Monografia:

## A representação dos países do Continente Africano no jornalismo brasileiro analisada pelos imigrantes Africanos

Por Andreza Aparecida de Oliveira\*

O trabalho estudou a representação dos países africanos no jornalismo brasileiro e trouxe a análise de imigrantes africanos para a discussão do tema sob a orientação da professora Dra. Maria Lúcia da Silva. O problema da pesquisa foi descobrir se o jornalismo brasileiro retrata o continente africano de forma estereotipada e o objetivo geral foi investigar a opinião de imigrantes africanos para saber como eles se veem representados no jornalismo brasileiro. Nas entrevistas as perguntas versaram sobre racismo, formação de estereótipos sobre o continente africano, a visão desses imigrantes sobre o Brasil e a influência do jornalismo no desconhecimento dos brasileiros sobre o Continente.

Entrevistamos seis pessoas, sendo três homens e três mulheres, vindos de cinco países diferentes: Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Costa do Marfim e Nigéria. As falas dos participantes mostram sobre como a mídia, através das novelas, transmite uma ideia romantizada sobre o Brasil, que termina a partir do momento que esses imigrantes chegam no país e se deparam com a xenofobia e o racismo. Eles falaram sobre a falta de noticiamento sobre os seus países, da seleção de notícias que evidenciam o pessimismo e da influência do jornalismo na formação de estereótipos que é reproduzido pelos brasileiros. Foi reforçada a necessidade do jornalismo brasileiro mostrar a realidade atual dos países africanos, enviando correspondentes nesses países e trazendo novos recortes, que também apresentem a cultura e intelectualidade africana.

O formato escolhido foi uma monografia que foi dividida em três seções, a primeira fez uma abordagem mais histórica, falando

sobre escravidão, o racismo no Brasil e os seus desdobramentos, além da influência dessa ideologia na destruição da identidade do negro e sobre como ela pode ser recuperada através dos estudos da ancestralidade africana com orgulho e dignidade. A segunda fala sobre o negro de forma geral, discutindo a sua representação no jornalismo. Este capítulo trouxe exemplos de reportagens que mostram como a imagem do negro é associada a marginalização nas reportagens policiais, falou sobre a invasão da imprensa jornalísticas nas comunidades e da invisibilidade negra, pela falta de temas raciais em matérias jornalísticas. O último capítulo faz uma abordagem mais específica, falando sobre o menor espaço dedicado a reportagens que se referem ao continente africano, recortes jornalísticos que evidenciam o pessimismo, a constante redução associação da África a um país e sobre

como a forma com que o continente é noticiado no Brasil influência na formação de estereótipos.

Neste TCC, além de ter aprendido a construir um trabalho científico, conheci autores do qual não tive contato durante a graduação e que me trouxeram outro olhar em relação ao tema. Também aprendi a utilizar a técnica de análise de entrevistas, que me possibilitou visualizar melhor os resultados obtidos. Ao estudar este tema eu entendi que o Brasil não apenas desconhece a sua história, como também, se nega a aprendê-la.”

\*Andreza de Oliveira, graduada em Jornalismo pelo FIAM-FAAM



da esquerda para a direita: convidado Ricardo Alexino; Professora Maria Lúcia da Silva, Andreza de Oliveira e Professora Carla Tôzo

Arquivo Pessoal



**Acesse, ouça, compartilhe.**

Rádio  
**FIAMFAAM**

**A rádio do seu tempo**

Disponível na web em:

**[www.radiofiamfaam.com](http://www.radiofiamfaam.com)**

Baixe o APP e ouça no seu celular



# As temporalidades e o ensino de história

Por Maria Cecilia Martinez\*



Ilustração

Um dos grandes desafios definidos e definidores do ofício do historiador é compreender os caminhos, conflitos e perspectivas presentes na sociedade contemporânea ao próprio pesquisador. Atualmente, um dos temas que vemos ser apresentado e destacado mundialmente refere-se às motivações e/ou desdobramentos dos processos migratórios no mundo. A Europa, construiu parte de sua representação sobre si mesma pautada em uma dimensão civilizatória que a levava para além de suas próprias fronteiras. Neste sentido, a perspectiva de se auto definir como parâmetro para os povos que viveram e, em muitos casos, ainda vivem um processo de dominação, parece fácil de ser entendida. Porém, desde a

segunda metade do século XX este quadro começou a ser alterado, com a intensificação do processo migratório para a Europa e os EUA. Inicialmente, esse movimento se enquadrava na lógica da demanda por mão de obra, porém, com o decorrer do tempo, tem revelado os conflitos inerentes ao processo de dominação imposto pela lógica civilizatória definida pelos fundamentos ocidentais judaico – cristãos.

Segundo dados da World Economic and Social Survey, 173 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram, representando uma em cada 35 pessoas como migrante<sup>1</sup>. Assim, atualmente, observamos uma Europa assustada com a multiplicidade de tradições ali presentes, fazendo com que os mais

conservadores temam pela própria continuidade do mundo europeu, evidenciando a dificuldade desse modelo fechado e homogeneizador se fixar como tempo histórico único. E, além disso, segundo Marinucci e Milesi:

Nessa conjuntura, agravada com os atentados de 11 de setembro (EUA) as migrações, que no passado eram vistas como um potencial de trazer novidades enriquecedoras, agora são tidas como uma fonte de terrorismo, ameaça ao emprego dos autóctones e à segurança dos Estados<sup>2</sup>

Desta forma, essa criminalização dos migrantes traz à tona o desconforto em que esse mundo

européu se encontra, sentindo-se esmagado em seu próprio território e respondendo com a mesma incapacidade de enxergar o outro, a diversidade, reforçando neste sentido, a intolerância que é parte fundante da dimensão civilizatória europeia.

Nestes conflitos, o dominador não quer e não consegue apreender o universo do outro, daquele que foi definido como diferente e desigual. Porém, aquele que é alvo dessa discriminação tem maiores possibilidades em identificar o preconceito e resistir a ele, pois seu modo de vida, as tradições das quais ele é oriundo estão colocadas em risco, fazendo o conflito emergir de modo mais claro. É exatamente nesse desencontro de tempos que emergem as potencialidades desse tempo não apreendido e, portanto, não dominado. A lógica europeia se afirmou e é constantemente reproduzida de diferentes formas, mas exatamente no desencontro entre formas diversas e, muitas vezes, opostas, nascem novos caminhos e emergem das tensões reinterpretações criativas, potencialmente inovadoras.

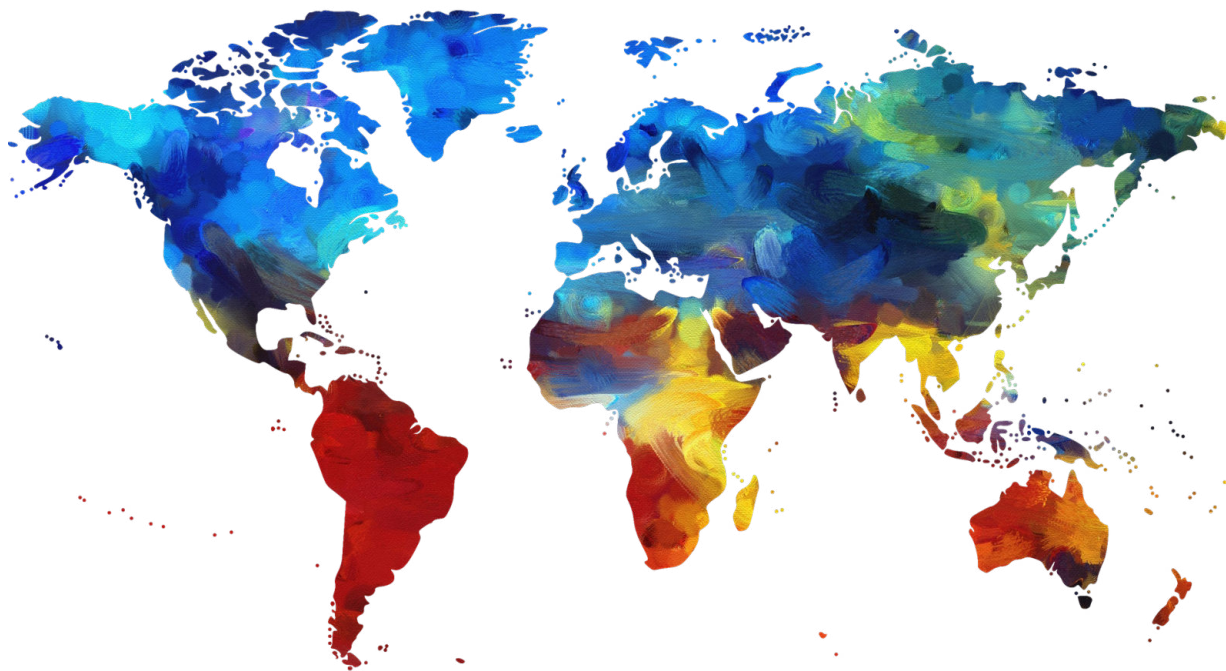
A construção dessa dimensão europeia se consolida e se faz

presente na modernidade, tendo como pressuposto uma dimensão de futuro, em que a palavra chave é o progresso. Segundo Hartog<sup>3</sup>, a História é entendida como processo e tempo direcionados a um fim, representado por este progresso. Assim, a modernidade definiu que o foco está no futuro e não mais no passado. Futuro este, passível de ser alcançado em uma dimensão linear, evolutiva, cujo foco estaria definido pelos marcos civilizatórios pautados nos fragmentos de uma história europeia, definida como oficial.

O século XIX reafirma e consolida a missão civilizatória europeia. O duro fardo do homem branco se afirmou como uma feroz realidade para o mundo redividido entre as potências. A reafirmação da mítica fundadora da história oficial se fez sentir e reproduzir na temporalidade dominante nas diferentes regiões. No que se refere à história, a perspectiva adotada foi a de construção de uma dimensão linear, narrada a partir dos parâmetros estabelecidos pelo olhar dos processos vencedores, em que foram jogados para a margem as lutas e as vozes dissonantes. A história do Brasil acabou

sendo definida nos subúrbios da chamada história geral, normalmente considerada muito mais interessante pelos alunos. Nela estavam os acontecimentos centrais, as grandes lutas, as grandes conquistas, enquanto o Brasil entrava como coadjuvante.

O material utilizado acabou ficando centrado no livro didático e, mesmo quando não é assim, a lógica continua sendo aquela definida por eles. Deste modo, passou-se a adotar o eixo da chamada História Integrada, em que o centro está pautado na linha cronológica dimensionada na quadripartição, sendo o foco diretamente relacionado à dimensão eurocêntrica, onde as demais regiões “entram” na linha a partir de seu contato com a Europa. Esse recorte constrói os alicerces de uma fundação autoritária, responsável pela exclusão das temporalidades não subsumidas à lógica homogeneizadora da dominação. Como é possível observar, são introduzidos temas como África, indígenas, porém, eles estão colocados no passado, aparecem como sujeitos ligados a uma dimensão do arcaico. Fala-se do índio antes da chegada dos



Ilustração

européus, mas depois eles somem da narrativa, ficando deste modo, presos ao passado, não sendo identificados como elementos fundamentais para a perspectiva de futuro, de progresso, base da noção dessa história linear e evolutiva. Esses temas voltam a aparecer somente nos recortes definidos não pelos processos vividos nas diferentes sociedades, mas somente naqueles em que elas ganham uma importância em relação à sociedade europeia.

As temporalidades constituidoras dos grupos considerados periféricos apresentam dimensões diferentes. O tempo nas sociedades africanas não está definido por um ritmo ligado a um destino individual, ao contrário, referem-se a um coletivo. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente, elas continuam influenciando. O alicerce deste tempo está dimensionado em uma concepção mítica e coletiva, atribuída, muitas vezes, à soberania dos seus líderes. Segundo Hama e Ki-Zerbo:

O próprio caráter social da concepção africana da história lhe dá uma dimensão histórica incontestável, porque a história é a vida crescente do grupo. Ora, deste ponto de vista, pode-se dizer que para o africano o tempo é dinâmico. Nem na concepção tradicional, nem na visão islâmica que influenciará a África, o homem é prisioneiro de um processo estático ou de um retorno cíclico.<sup>4</sup>

O passado afirma-se assim, como elemento essencial da vida no presente e de sua dimensão futura, servindo de base para justificar as ações. Porém, ao contrário do que o Ocidente europeu interpretou, essa compreensão não representa imobilismo, ela se caracteriza como eixo dos caminhos, como referência e justificativa para as ações. A perspectiva coletiva da vida do africano contrapõe-se diretamente, à noção individual e linear que pauta a lógica europeia, fazendo que no confronto a primeira tenha de ser subsumida à segunda.

Mas, como nenhum processo de dominação é absoluto, é no desencontro desses tempos que emergem as perspectivas residuais não aprisionadas e não apreendidas pelo processo de dominação.

Desta forma, a África é apresentada como um conjunto de sociedades inviáveis, necessitando da ação salvacionista dos povos ditos civilizados. Sua história acaba sendo narrada nesta dimensão, reforçando concepções sobre a ineficiência dos povos em desenvolver seus países sem se jogarem em guerras intermináveis e, aparentemente, sem sentido. Não se discute a influência que as diferentes formas de dominação europeia – tráfico, neocolonialismo e dominação econômica – tiveram e tem na permanência dessas lutas. No entanto, o confronto entre essas tradições em espaços fora do continente europeu, cobram da sociedade a importância de ser revista essa perspectiva pautada em uma única história, definida, como já foi dito, pela narrativa europeia. Assim, um dos caminhos para superar essa visão refere-se a superação de um ensino de história caracterizado pela quadripartição (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), responsável por afirmar e definir o mundo europeu como o centro do processo civilizatório, viabilizando a ampliação do olhar para outros povos e civilizações.

\* Graduada em História pela Universidade Católica de São Paulo, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e professora nos cursos de História e Pedagogia da FMU.



Arquivo pessoal

1-MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações Internacionais Contemporâneas. <http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/143-migracoes-internacionais-contemporaneas>. Acessado em 03/2017

2-Idem, *Ibidem*.

3-HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História* 148 p. 11

4-HAMA, Boubou; KI-ZERBO, J. Lugar da História na sociedade africana IN KI-ZERBO, J (org.). *História Geral da África. Volume I. Brasília/São Paulo: UNESCO/Cortez, 2010*

# NERA e Musicoterapia: uma união contra o racismo

Por Carla Tôzo

Colaboração: Gabriele Sales\*, Valeria Lana\*\*

Espaço NERA



Eduardo Viné Boldt

*“Abayomi, boneca feita... da barra da saia... da dinda preta”.* Em um lindo coro na manhã do dia 4 de outubro, os alunos do curso de Pedagogia repetiam essa canção com suas Abayomis nas mãos. Era a finalização de mais uma intervenção da parceria do NERA com o curso de Musicoterapia na prática antirracista. Dessa vez, o encontro fez parte da Semana de Pedagogia

e teve como propósito auxiliar na formação de novos docentes.

As abayomis eram bonecas de pano, feitas pelas mães nos navios negreiros que vinham para o Brasil e eram criadas com toda uma intenção de bons sentimentos. “Como a viagem era longa, as crianças ficavam tristes, choravam, e as mães rasgavam pedaços da saia e criavam essas bonecas para os filhos com cinco

pontos de amarração. E, dizem que, cada vez que a mãe dava um nó para a criação da boneca, ela desejava uma coisa boa para o filho porque ela sabia que quando chegassem no Brasil, seriam separados. A boneca normalmente é feita do tamanho da palma da mão para que não fossem arrancadas das mãos dos pequenos (as) pelos capatazes. Alguns historiadores, inclusive, dizem que

muitos irmãos se encontraram porque reconheceram o tecido da saia da mãe numa *abayomi*”, explicou Thais Cruz, musicoterapeuta e uma das integrantes do grupo *Maria, Maria's* para os alunos de Pedagogia. Apesar de não saber sobre o projeto, a aluna do quarto semestre do curso de Pedagogia Rebeca Correia estava ansiosa para participar da intervenção, já que, conhecia a história das Abayomis. “Na época da escravidão meu bisavô que era africano e estava trabalhando no navio negreiro resolveu, no meio da madrugada, dar uma volta na parte de cima do navio onde não podia estar. Lá também estava passeando uma japonesa (minha bisavó) escrevendo uma carta para a sua família. Eles se trombaram – literalmente – e se apaixonaram. Ela falava inglês e ele conhecia um pouco da língua. O jeito deles se comunicarem durante todo o resto da viagem era ela escrever cartas em inglês e ele entrar escondido no quarto dela para deixar abayomis. Quando chegaram aqui, o único jeito de ficarem perto foi minha bisa convencer a família dela a comprá-lo. Assim minha família surgiu com as abayomis fazendo parte disso tudo”, contou emocionada.

“A musicoterapia é a utilização da música para a transformação pessoal e não só a música que a gente imagina ser música, mas a música enquanto manifestação, ruído, ritmo, melodia (...) e a utilização dessa expressão e todos os outros elementos que a cercam auxiliam na transformação emocional, social, cognitiva”, esclareceu a professora do curso de Musicoterapia Maria Carolina Simões dos Santos.

O curso de Musicoterapia- que nasceu em 2001 - da FMU é referência em todo o Brasil pela qualidade do corpo docente, laboratórios e por estar inserido na área de Saúde. “Temos uma estrutura única comparada com toda a América Latina e, acreditamos, que a música tem caráter agregador nos temas da integração, respeito e diversidade ao ser humano. Inclusive temos um projeto chamado Embaixador da Musicoterapia que tem como padrinho o cantor Ney Matogrosso que esteve presente no nosso laboratório conhecendo



Rebeca Correia, aluna do curso de Pedagogia

Eduardo Viné Boit

*“A musicoterapia é a utilização da música para a transformação pessoal e não só a música que a gente imagina ser música, mas a música enquanto manifestação, ruído, ritmo, melodia (...) e a utilização dessa expressão e todos os outros elementos que a cercam auxiliam na transformação emocional, social, cognitiva”, Maria Carolina Simões dos Santos.*

todas as nossas ações e foi agraciado pela reitoria da FMU com o título *Honoris Causa* pela sua história como artista e seu apoio à cultura nacional. A nossa relação com o NERA é permanente porque acreditamos na necessidade constante de falar sobre a temática racial e a discriminação, inclusive, temos ex-alunos que atuam no mercado – especialmente – em coletivos que abordam temas como racismo, violência contra a mulher, atendimento aos refugiados. São os nossos alunos atuando na sociedade com o que a musicoterapia pode

oferecer de suporte nesse apoio social e emocional.”, falou o coordenador do curso de Musicoterapia Raul Jaime Brabo.

### Parceria de sucesso

A união entre o NERA e o curso de Musicoterapia começou em 2016 através da mediação do professor Dr. Marcello Gabbay que lecionava no curso de Publicidade e cursava Musicoterapia. Um encontro, com o uso de instrumentos percussivos, canções e até dança, foi realizado

na semana da Consciência Negra e contou com a participação de alguns alunos e professores do curso de Comunicação.

“Nunca me esqueço da sensação de felicidade e honra em conhecer a Maria Lúcia. Encontrei nessa união a forma de poder levar a música brasileira afrodescendente para dentro da faculdade, além de mostrar que o espaço de estudo é um espaço de cultura, resgate e resistência, é entender que o estudo liberta. No primeiro semestre de 2017, estimulada pelas capacitações relacionadas à Monitoria, decidi por em prática um desejo antigo de proporcionar aos meus alunos intervenções de Musicoterapia Social em outros ambientes além da nossa clínica escola e, dentro deste projeto chamado *Liga das Intervenções*, contemplamos a possibilidade de amadurecer a parceria da Musicoterapia com o núcleo NERA.”, relembrou Maria Carolina em um texto escrito para o site da Revista Dumela no início de 2018.

O projeto intitulado *Música, Raça, Identidade – intervenções de musicoterapia para se opor ao racismo* tem o objetivo de usar as técnicas da

musicoterapia para se opor à violência do racismo que obstrui a autoestima do negro e impacta na sua presença na sociedade brasileira. Durante cinco encontros entre os meses de outubro e novembro de 2017 (Prática Receptiva; Experiência de Recriação; Improvisações Conduzidas – rodas de tambor –; Composição e Construção de instrumento) formados por pessoas que podiam ou não se conhecer, as intervenções provocaram reflexão e ofereceram um espaço para os indivíduos se expressarem e se reconectarem com

*“Dia dois de fevereiro, dia  
de festa no mar  
Vou levar os meus presentes  
Pra saudar Iemanjá...  
Odo odo odo odo odo  
Odo odo odo odo odo”*

suas vertentes culturais/musicais. Thayná do Valle, estagiária de musicoterapia e integrante do grupo *Maria, Maria’s* esteve presente em um desses encontros e narrou como a intervenção foi feita. “Recebemos a sala e percebemos que ninguém se falava, colocamos o pessoal em roda

e fizemos uma abordagem receptiva. Selecionamos músicas que falavam do tema, tinha Racionais, Sandra de Sá. Nós tentamos mostrar o que é essa figura negra, o que a música brasileira traz, a figura negra e como o negro se identifica, como enxerga seu lugar.”

O estímulo à expressão é motivado o tempo todo em intervenções como essa, mas a discussão deve aparecer de forma natural. Para Maria Carolina, essas situações permitem que a pessoa ouça, olhe o outro e se permita a sair da agressividade, da defesa. “Através da música essa rigidez se quebra e a pessoa se vê obrigada a perceber o lado humano daquela história que está sendo contada. Aí cabe a você tomar a decisão de se humanizar ou desumanizar”.

Thayná acredita que a pessoa começa a se mobilizar porque compreende que o outro tem mil histórias e experiências que você precisa respeitar. Quem compartilha dessa ideia é a professora dos cursos de Comunicação da FIAM-FAAM Marlene Arvoreda que participou com a sua turma. “Pra mim foi um momento único, pois não conhecia esse projeto. Embora, naquele momento estivesse com meus alunos, não me senti professora e nem eles alunos, criamos nossas bonecas com ajuda mútua. Fomos todos aprendizes do que simbolizou e simboliza ainda a Abayomi para a nossa história, para a cultura negra que nos foi contada e cantada. Aprendi sobre a origem das bonecas Abayomi que eram feitas por mães africanas escravizadas para seus filhos nos porões de navios vindos da África para o Brasil. As bonecas Abayomi representam a determinação, as raízes e a força das mulheres negras. Falar e refletir sobre a questão do racismo, tornar o assunto presente cotidianamente nas nossas escolas e trazer informação sobre as nossas etnias tanto históricas como culturais é o caminho. Foi muito gratificante ver meus alunos se manifestando sobre o racismo descontraidamente, pois estávamos sentados no chão e em círculo, mas com muita seriedade”.

Em outra situação mais específica quem esteve presente foi o professor de sociologia Bruno Casalotti

## Música, Raça, Identidade

Intervenções de musicoterapia para se opor ao racismo





Acervo NERA

Oficina de Percussão com alunos de comunicação no campus Ana Rosa

(FIAM-FAAM), já que, a ação foi com uma turma em que lecionava e que havia relatado caso de racismo. “Na ocasião houve um caso de preconceito racial na sala de aula em questão e os professores se comunicaram e pensaram na importância da ação. Foi muito interessante e os alunos tiveram a oportunidade de exercitar uma reflexão crítica ali entre eles, foi uma conversa também, uma conversa em tom de desabafo onde os alunos puderam expor suas angústias enfim contar casos de racismos que presenciaram, protagonizaram... Eu aprendi muita coisa, principalmente, que o racismo em si não é um aprendizado novo porque todo cidadão brasileiro sabe que existe racismo na nossa sociedade, mas o que eu aprendi é que quando você tem uma oportunidade de conversar sobre isso em um ambiente deslocado da rotina, quer dizer em um espaço fora dos espaços cotidianos, conduzida de uma forma diferente como foi, conduzida com música e tudo mais, as pessoas se tornam muito mais sinceras e muitos mais abertas para falar de suas experiências e com isso o diálogo fica muito mais franco,

aberto e até igualitário”.

Para Bruno, o ganho maior foi perceber uma união da sala, um maior respeito entre todos. “Era uma sala que estava muito dividida por diversas questões. Estamos vivendo um momento no Brasil que a sociedade está muito bipolarizada, enfim os posicionamentos políticos e ideológicos acabam sendo elevados a uma potência maior por conta desse momento de tensão política e elas estavam dividindo muito a sala de aula. A atividade desarmou os alunos dessas questões e colocou eles em um outro patamar de igualdade onde puderam conversar sem esses rótulos e chavões. Nesse sentido, acabaram se colocando no patamar de igualdade, se vendo como parte de um mesmo processo.”

Ações são transformadoras, já que, o grupo que entra não é o mesmo que sai. A mudança pode ser vista através de rostos sorridentes, pessoas relaxadas, afetuosas e com mais conhecimento como aconteceu com a aluna do quarto semestre do curso de Jornalismo Larissa Martins Santos. “Eu me lembro que era uma sexta-feira e estava indo embora quando

encontrei a professora Maria Lúcia que comentou sobre a intervenção e perguntou se eu não queria participar. E eu entrei, sozinha, sem conhecer ninguém. Lembro que tinha um tambor, que as meninas responsáveis começaram a contar a história das abayomis e pediram para que a gente imaginasse de fato o que aquelas mães sentiram. Isso mexeu muito comigo porque por mais que a gente saiba sobre a escravidão eu nunca tinha ouvido falar das abayomis, da dor dessas mães e o quanto essas bonecas significavam toda uma resistência dessas mulheres. Foi lindo”.

\*Aluna do sexto semestre do curso de Jornalismo

\*\*Aluna do terceiro semestre de Jornalismo



# Brasil e África: mais que irmãos

Parceria e diálogo entre os dois fortalece a troca cultural e econômica

Por Priscila Oliveira\*  
Edição: Carla Tôzo

Espaço NERA

**M**esmo sendo uns dos países com mais negros fora do continente africano (são cerca de 86 milhões, segundo o Ministério de Relações Exteriores), o Brasil desconhece suas origens e mantém um conhecimento ainda um pouco distante do continente africano não possibilitando olhar positivo.

Além disso, a mídia internacional e nacional ao falar do Continente apenas ressalta sua miséria e calamidade. No entanto, o continente africano é rico não apenas em minérios e insumo de mão de obra, ele também tem uma cultura lindíssima para se explorar e aprender. E os afrodescendentes no Brasil, através de ativismo e lutas contra o racismo e discriminação da cultura negra, tem trazido – mesmo que aos poucos - todas essas riquezas culturais do continente-irmão.

Considerando essas necessidades de ampliar o conhecimento acerca desses países, o NERA desenvolve o projeto *Construindo Conhecimento sobre países africanos de língua portuguesa*, que já realizou duas edições/rodas de conversa. A primeira aconteceu em março, quando recebeu os Consules de Angola e Costa Rica, e a segunda em maio, quando africanos de Guiné-Bissau, Moçambique, Angola que estudam em universidades brasileiras estiveram no lançamento da Revista DUMELA no campus Ana Rosa da FIAM-FAAM. O terceiro encontro está previsto para acontecer em novembro durante o evento de



AlCom FIAM-FAAM



Andreza Oliveira

Da esquerda para a direita: jornalista e representante do Cojira/SP Flávio Carrança, professora do curso de História da FMU Maria Cecília Martínez, professora dos cursos de Comunicação da FIAM-FAAM e coordenadora do NERA Maria Lúcia da Silva, Cônsul de Angola Joaquim Augusto Belo Mangureira e professor do curso de Relações Internacionais da FMU Paulo Watanabe

*“Os estados-nação que tem o português como língua oficial na África são referidos pela sigla PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e incluem os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial Moçambique e São Tomé e Príncipe”*

Consciência Negra que tem como objetivo conversar com pesquisadores brasileiros que estudam autores africanos e o quarto será em março de 2019 quando receberá os Consules de Moçambique e Guiné-Bissau.

De acordo com o Cônsul de Cabo Verde Emmanuel Rocha essa troca de relações é fundamental para promover a diversidade e integração entre as culturas não deixando espaço para o preconceito e racismo. “Em Cabo Verde a população é igual a população brasileira. Excetuando-se os índios em Cabo Verde a gente não vive essa diferenciação por raça, por sexo e cor e eu acho que muito disso foi baseado no esforço que o governo fez para a educação. Então você tem um índice de analfabetismo praticamente zero, escolas gratuitas e obrigatórias onde o filho do patrão e



Andreza Oliveira

Emmanuel Rocha, Cônsul de Cabo Verde

o filho da empregada fica na mesma sala de aula, então desde criança eles convivem. E se você for a uma discoteca em Cabo Verde, você vai estar tanto com presidente de empresas quanto com pessoas menor salário isso é normal. Eu acho que falta no Brasil quebrar um pouco essas barreiras investir um pouco mais em educação”.

Para o Cônsul Angola Joaquim Augusto de Belo Barroso Manguieira projetos como esse podem auxiliar a sociedade brasileira que lida muito mal com as questões raciais e sociais mesmo havendo leis contra essa discriminação. “Nós respeitamos a diversidade cultural que tem aqui no Brasil e sabemos que a própria Constituição Federal Brasileira também é contra a discriminação e a favor da reintegração de todos os povos independentemente da sua origem racial, ética e cultural. Mas, logicamente nem todos entendem e sempre há indivíduos que acham que a sua cor é mais importante do que a do outro. Assim, os movimentos negros pró igualdade são importantes para que haja uma harmonia racial e cultural.”



Joaquim Augusto de Belo Barroso Manguieira, Cônsul de Angola

Andreza Oliveira

*“O Continente Africano é rico não apenas em minérios e insumo de mão de obra, ele também tem uma cultura lindíssima para se explorar e aprender”*

\*Jornalista recém-formada pelo FIAM-FAAM



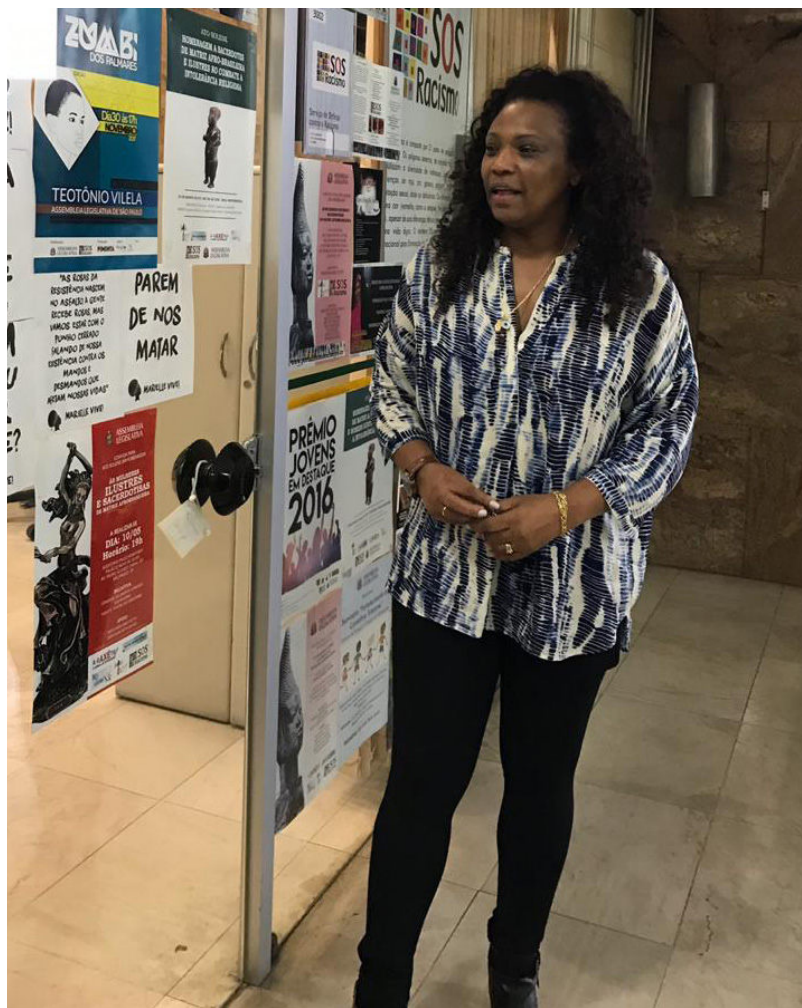
Carla Tôzo

Nádia Ferreira de Guiné Bissau, Pedro Pessula e Madalena Bivi de Moçambique, Guilherme Soares Dias do Cojira - Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - e Yuran Judelfino Tinta de Angola

# “Eu sou uma pessoa resiliente”

Eliane Dias é advogada, empresária, coordenadora do SOS Racismo, mãe, mulher, feminista e incansável nas causas pelas mulheres, negros e pobres

Por Carla Tôzo e Edilaine Felix



Edilaine Felix

**E**ra uma terça-feira, 9 de outubro. Dois dias depois do primeiro turno das eleições. Os ânimos pelo país, mais especificamente pela cidade de São Paulo, estavam ainda mais acirrados. O fascismo parece ter tomado conta de uma boa parcela da população. Muitos parecem cegos e os ataques de ódio e racismo só tem aumentado.

Ela chegou um pouco atrasada. Havíamos agendado para as 15hs. Na porta um aviso “fui almoçar, volto já”. Esperamos pacientemente, afinal, estávamos tentando falar com ela já há algumas semanas. Decidimos que seria a pessoa perfeita para a editoria de perfil. Mulher forte, guerreira e com uma trajetória linda de vida.

Saiu do elevador apressada e se assustou com a presença de cinco pessoas (quatro professoras mais o câmera) em pé e sentadas na frente da sua sala. “Eu marquei com tudo isso de gente?!”. Respondemos “é que nós só andamos em bando”. Vestia uma legging preta, camisa social estampada azul e bota preta. É uma mulher alta, mesmo sem o salto. Estava nitidamente nervosa enquanto abria a sala e fazíamos as apresentações. “Olha gente! Hoje eu não estou num dia bom, já briguei com um monte de gente nas redes sociais. É cada absurdo que vejo, ouço, leio. Não dá para aceitar. É

demais. Olha esse vídeo que recebi hoje? Que absurdo com os negros e nordestinos!! As pessoas estão cegas? Anestesiadas? O que está acontecendo?”. Falava sem parar e com a voz um pouco alterada. Nitidamente aquilo a incomodava. E a nós também.

Aos poucos Eliane Dias se acalma enquanto se ajusta com o microfone e senta para iniciarmos o nosso bate papo. Ficam apenas quatro pessoas na sala (ela, o câmara e as duas professoras/repórteres).

Pensamos que a entrevista poderia não render...mero engano...ficamos conversando até as 18h e 10min. O local? A sede do SOS Racismo que fica dentro da Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo. Os assuntos: racismo, família, projetos, carreira...

### **Observar, traçar caminhos, executar, colher os resultados**

“Eu sou uma pessoa resiliente”. Com essa frase Eliane começa respondendo a primeira pergunta e segue mostrando a fortaleza que é. E frases fortes não faltam: “não aceito ter menos do que aquilo que tenho direito. De jeito nenhum.” E nunca aceitou mesmo, muito pelo fato de ser mulher negra, da periferia, numa época que não tinha voz e precisava. Todas as situações a fizeram a observar o mundo ao seu redor e criar uma espécie de proteção por tudo que passara e passaria.

Ela teve consciência do racismo ainda na escola quando estudou com sua irmã branca, “eu sabia que o racismo ia atuar mais em cima de mim”, e foi aí que começou a ser mais observadora do mundo, das pessoas, das situações, também pela timidez de não poder se arrumar, ter sapatos. “Não tinha cremes para passar no corpo, com 10, 11 anos, eu tinha a perna cinzinha e aquilo me deixava tímida e eu ficava ali observando, mas isso foi bom para eu aprender a conhecer a situação. Quando a gente fala menos e observa, aprendemos”.

Já casada, trabalhando, com um alto salário e cargo de chefia, Eliane precisou deixar o emprego para cuidar do primeiro filho. O motivo:

ninguém queria cuidar do filho. O Brown (Mano Brown) era famoso, mas não tinha dinheiro. Foi então que ela decidiu ter o segundo filho. Ela queria ter dois filhos, “dois eu podia cuidar, eu pensava que poderia cuidar deles sozinha, por que isso é muito da mulher negra, que vive a solidão da mulher negra. Meu companheiro sempre viveu o mundo da rua, da fama, e eu sempre vivi todo o resto: ensino, educação, casa, equilibrar a família, o dinheiro, filhos”. Ser esposa do Brow abre e fecha portas e ela aprendeu a lidar com isso. Fecha portas quando não querem ficar com os seus filhos para

ela trabalhar, abre portas porque dá oportunidades de pelo menos falar – não significa que vai conseguir, mas permite que ela se apresente, apresente suas ideias, “mas depois sou muito mais exigida”, ressalta.

Quando começou na Alesp foi assessora da deputada estadual (PCdoB – SP) Leci Brandão por quase cinco anos e recorda, rindo, dos estereótipos: muitas pessoas iam no gabinete para ver a mulher do Mano Brown e quando a encontravam de salto, por exemplo, se assustavam: “você usa salto? não usa aquelas roupas largas? não fuma maconha?”, ri.

*“Não aceito ter menos do que aquilo que tenho direito. De jeito nenhum”*



Carina Tozo



Carla Tózo

A cada frase, história que Eliane conta, vamos tentando montar um mapa para entender, como ela consegue? E perguntamos. E ela sem pestanejar responde: “Existe uma regra para mulher que trabalha: a que a gente não traz os problemas. Ao entrar no ambiente de trabalho, acaba tudo, desliga e começa de novo. Resolvo as coisas em casa com meus filhos, fecho a porta e ao entrar na produtora, estou dedicada; saio da produtora e ao entrar no SOS Racismo, estou dedicada aqui. É extremamente cansativo. Você vai ao limite, se doa ao máximo”.

### Reconhecendo histórias

O SOS Racismo existe desde 2005 - criada por 35 movimentos negros que queriam essa representação na Assembleia -, e Eliane está à frente desde 2015. O espaço trabalha com pautas para o negro, os judeus e os índios. O SOS tenta dar orientação

jurídica, existe para isso, mas não tem autonomia para punir, processar. Em casos de racismo, por exemplo, analisa, vai até o local para ver o que pode ser feito, pode encaminhar para a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), se o caso é grave leva para o Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) ou manda para o município, uma comissão de igualdade racial. O SOS também faz representações para discutir, debater e fortalecer pautas dessas temáticas em casas legislativas. “Tenho de fazer eventos, enaltecer o que o povo negro está fazendo, essa é uma das funções. O SOS é apartidário. Independente da religião, partido.” Eliane foi para o SOS como resistência. Não tinha sala. Depois de muita luta em 20 de novembro de 2016 ela conseguiu uma sala – um espaço no 3º andar da Alesp, com cerca de 50 metros quadrados, que agora é definitiva. Foi a vitória de uma batalha, mas ainda tem muita

luta. “Eu ainda sou muito triste. Eu sou a primeira mulher negra a ser coordenadora do SOS Racismo e não fui nomeada. As pessoas me respeitam, represento a Casa, mas a Casa não me nomeou. Eu recebo como assessora parlamentar, não como coordenadora. Eu acho muito injusto.” Ao ser questionada sobre o futuro, muito segura ela dispara: “Eu quero ser assessora de uma das 3 mulheres negras que chegam no ano que vem... Talvez eu ganhe menos, mas eu aceitaria, elas precisariam de uma pessoa com uma facilidade de articulação, elas precisam ser protegidas... eu acho difícil elas aceitaram, elas não vão nem saber, mas eu quero deixar o SOS Racismo e ser assessora de uma dessas parlamentares negras ... Vai ser um sonho ver essas pretas andando pela casa [risos]. Se eu ficar eu serei mais uma negra com autonomia dentro dessa casa.”

E ainda tem mais. Um projeto encantador que Eliane toca com

uma sócia e sem verbas. É o Plano de Menina, que existe há 3 anos e atende 5 mil meninas nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ele atende meninas de 12 a 20 anos, de fundações, escolas, periferias, para que elas entendam melhor o mundo e não sofram nessa fase da vida. São colaboradoras, psicólogas, advogadas, economistas que auxiliam com questões sobre uso da internet, mercado de trabalho, educação, relações abusivas, entre outros assuntos.

“Falamos o que é um abuso, uma relação abusiva, incentivamos a leitura, como lidar com preconceito, mostramos que ela pode usar a roupa e o cabelo que ela quiser, que tem de ser seletiva.” Emocionada, com lágrimas nos olhos, ela lembra de algumas histórias de meninas. “A menina está se empoderando. O Plano de Menina não é fácil. Não temos verba e lidamos com essas situações. A menina tem corpo de mulher e mente de menina e a família acha que por ter 15, 17 anos, ter peito e bunda já tem cabeça de 40 anos. Não é. Ela e uma menina, tem dúvidas. Mas o projeto é incrível. A gente se reconhece em muitas histórias, a gente chora, a gente ri. Ela entra como uma menina e sai como um mulherão”, conta feliz.

corretamente e passou a ser a “chata”, que falava como um dicionário, tudo certinho. Apenas no terceiro ano da faculdade ela resolveu que não queria ser arrogante, que estava na periferia e que precisava falar do jeito que as pessoas entendessem. Foram 5 anos de faculdade. Seis meses estudando para o Exame de Ordem para realizar o sonho de ser advogada.

Eliane era a única mulher negra na sala de aula na faculdade. “É extremamente importante conscientizar a universidade, os brancos e principalmente os negros. Por que é importante falar de racismo no ensino superior. Por que você vai para o ensino superior e continua negro, tem o racismo velado, as pessoas ficam ensaiando como te agredir, você sofre muito.”

Mas na faculdade foram anos de invisibilidade. Voltar a estudar não foi fácil, já era casada, tinha dois filhos pequenos. Saía da zona sul para estudar em São Caetano. Eram três conduções todo dia... Caminhava até a estação de trem, pegava o trem, descia no Brás, pegava metrô, descia no Vale do Anhangabau e lá pegava um ônibus para ir pra casa. “Eu sei chorando, chegava molhada o chão. As pessoas perguntavam o que é que eu tinha e eu não aguentava aquela

público e isso me ensinou a me abster de qualquer barulho...aprendi a fazer leitura técnica...até fiquei com o braço machucado até hoje...ficou uma bolinha aqui no pulso... mas durante esse tempo todo eu lia muito e em todo momento...”

Hoje ela faz MBA na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Única mulher negra da turma. “A faculdade é puxada e não quero passar pelo que temos de passar, não basta entrar na universidade, ter de superar a distância- sair da periferia e ir até a universidade, ainda tem de enfrentar o racismo e a misoginia”. Eliane, mais descontraída diz: “não estava com paciência para isso” e conta que mandou o recado na primeira aula: “estou aqui para estudar. Sou militante feminista atuante, não aturo brincadeira racista e machista para fazer parte de um núcleo”.

## Rap é lugar de ... quem quiser

Depois de seis meses de muita ansiedade ela aceitou o convite para ser a empresária dos Racionais Mc’s e do Mano Brown, na Boogie Naípe. “Eu trabalhava na Assembleia e tinha meu escritório. Eu tinha um projeto, planos, e o projeto era que o escritório trabalhasse com as massas. Eu achava chato ficar vendendo shows, até que uma pessoa me disse que aquilo era o futuro dos meus filhos. E eu disse: opa! E fui...”

Conforme o trabalho corria foi percebendo que não dava pra tocar algo tão grande em uma salinha, o Racionais era muito maior. Até 2009, o foco era o Mano Brown, marca, roupa, mas em 2011, depois de toda parte burocrática pronta pensou que não era “trabalhar só com o Mano, tinha o Racionais”. Ela não entendia nada de empresariado e precisou cortar um dobrado porque “o Racionais não confiava em absolutamente nada que eu queria fazer. Foi um processo de muita ansiedade...”

Outro momento foi quando Eliane decidiu colocar as meninas para abrir shows. “Eu não pedi para ninguém, fui lá e coloquei. Não achava justo eu ser a única mulher trabalhando

Acervo SOS Racismo



## A luta para poder estudar e se tornar visível

“Eu quis estudar direito por causa da Carolina Maria de Jesus”. Eliane achou no lixo o livro Quarto de Despejo e ela não entendia o que estava escrito - ainda não sabia ler, e alguém falou para ela que quem entendia as palavras era o advogado. Decidiu. Seria advogada. Rindo, ela lembra que ficou viciada em falar

invisibilidade. Tinham professores gente fina que me tratavam igual, já outros faziam questão de reforçar o quanto eu era invisível, eu era essa cadeira. Eu não conversava, não tinha amigos, fazia os trabalhos sozinha. Corria pra biblioteca, pegava aqueles livros enormes e fazia tudo sozinha. Voltava com eles pesados em todo esse trajeto...levava duas horas e meia e estudava nesse meio tempo. Eu estudei por 5 anos no transporte

para tanto homem e não empoderar nenhuma mulher. Eu procurava as meninas que estavam fazendo sucesso no estado dela para abrir o show ...” Em casa, com os filhos (tem um casal – Jorge e Domênica), a conversa sobre machismo, empoderamento é comum. “Ensinei a menina a não apanhar de homem e o menino a não bater em mulher. Em casa eles sabem que se vierem com situações machistas terá um embate.” Quando fala dos filhos o sorriso sai largo e fácil. Ela conta histórias e relembra situações do dia a dia da Eliane mãe: “São muitos anos, muito trabalho, de levar para a aula, buscar, não dormir, de preocupação ... mas vale a pena”.

### Relaxar é preciso, mas complicado

“Eu sou dessas pessoas chatas que gosta de trabalhar”, fala com um riso tenso. Ela diz que desde 2013 não faz nada para ela, só faz o feminino: cabeleireiro, manicure, médico. “Eu preciso fazer coisas para mim. Estou totalmente dedicada à Assembleia, aos filhos, a produtora e resolvi burlar meu cérebro. Ano passado voltei a estudar, entrei no MBA, fui

cuidar da pele, dos dentes, aprender a andar de bicicleta, fui fazer natação. Mas só burlando o cérebro. Se eu tiver um espaço de folga, ao invés de usar para mim, eu vou trabalhar. Eu me programei para estudar e agora me programei a nadar e em uns 20 dias quando tiver mais fôlego vou fazer musculação. Não por causa do corpo, mas porque eu engordei 19 quilos, eu durmo e acordo com dor, neste exato momento eu estou sentindo dor no pé [ela pega o pé e mostra] e o médico mandou perder

*“É importante conscientizar a universidade, os brancos e principalmente os negros. Por que é importante falar de racismo no ensino superior. Por que você vai para o ensino superior e continua negro, tem o racismo velado, as pessoas ficam ensaiando como te agredir, você sofre muito”*

peso para não sentir dor.” Rindo, ela diz que queria ter esse rosto mais redondo, esse corpo, ela gosta de pessoas gordas, de ser gorda, mas ela

conseguiu...

“Eu não gosto muito de sair, sou canceriana. Gosto de ficar em casa. Mas às vezes saio, acho de extrema importância as mulheres saírem. Os homens estão sempre juntos, no futebol, no bar... A mulher ao sair do trabalho vai para casa preparar jantar, cuidar dos filhos. Eu faço parte desse grupo que não aprendeu a relaxar, que sempre tem alguma coisa para fazer.”

Muito orgulhosa da trajetória que construiu na advocacia, no SOS Racismo, na Plano de Menina, na Boogie Naípe, ela segue na batalha. Parece que não tem tempo para mais nada, e lembrando das tantas vezes que o celular tocou durante a entrevista, das tantas mensagens que chegaram é realmente difícil imaginar ter tempo para tanta coisa. Mas Eliane consegue. É uma mulher forte, resiliente.



Eliane Félix





/// EAD FMU  
pra você  
conquistar  
o que é  
seu onde  
estiver.

Transforme  
sua correria  
em conquista.

Inscreva-se em  
[fmu.br/ead](http://fmu.br/ead)

**FMU**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

# A história dos negros que a branquitude brasileira esconde

Museu Afro Brasil: memória e magnitude dessa trajetória

Por Gabriela Marqueti\*  
Fotos: Iuri Lima\*\*



Iuri Lima

A Lei 10.639 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003, e estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio no Brasil. No

ano seguinte, foi inaugurado o Museu Afro Brasil em São Paulo, no Parque do Ibirapuera. O museu tem o objetivo de contar, através de suas exposições, a história do Brasil de uma perspectiva afro-brasileira. Hoje, quase quinze anos depois, o lugar que nasceu do

acervo particular de Emanuel Araújo continua a ocupar seu espaço e ser mais que um memorial, mais que um pedaço vivo da história por muitos esquecida. É símbolo de resistência, de luta, de esperança. De orgulho. A equipe Dumela conversou com

Ana Lúcia Lopes, coordenadora de planejamento curatorial do Museu Afro Brasil para tratar dos temas referentes ao museu e à condição do negro no Brasil. Ana Lúcia é formada em pedagogia, e tem mestrado e doutorado em Ciência Social – Antropologia Social. Dedicou sua vida à educação e a pesquisas voltadas para a situação do negro no sistema educacional brasileiro. Branca, cresceu no bairro Jardim Glauca, no Rio de Janeiro – um lugar cercado pela violência e a pobreza. A maioria de seus amigos era negra, assim como os professores da escola pública. Quando questionada sobre o motivo que a levou a dedicar uma vida aos estudos étnico-raciais, Ana Lúcia relata que cresceu em um ambiente em que aprendeu a olhar além das aparências. “Eu tinha vários amigos que fizeram o primário comigo e não conseguiram se colocar no antigo ginásio, tinham apenas profissões subalternas”, e completa, “A pobreza tem cor no Brasil, e eu morava em um lugar fundamentalmente pobre”. Sobre a situação precária da educação brasileira, ela afirma que “à medida que você vai entendendo o processo da educação no Brasil, [entende-se] que esse sistema educacional não é um problema por não haver recursos para ele.

*“Quando nós tínhamos aqui grupos de escola com crianças basicamente analfabetas quase na quarta série, os nossos educadores as traziam para a biblioteca Carolina de Jesus para mostrar uma mulher negra, adulta, semianalfabeta, que se alfabetizou e virou autora daquele montão de livros. E as crianças falavam ‘Pode aprender a escrever, e escrever como adulto?’”*

É uma decisão política. O país desde a ditadura, até um pouco antes, sempre teve em seu processo político esse lugar da educação: o lugar do fracasso escolar. E é conferido à população negro-estudantil um lugar de mais fracasso ainda porque tem que ficar neste lugar; no lugar que o racismo



Luri Lima

lhe confere.”

Resolver o ensino público de base e adotar o sistema de cotas são duas políticas que, juntas, podem ajudar a melhorar, mesmo que de forma muito delicada, essa situação precária, segundo ela. Ana Lúcia rebate as críticas feitas ao sistema de cotas, dizendo que não se trata de um privilégio, e sim de um direito. “É muito comum a população branca de classe média reclamar porque quer privilégios. A vida inteira é de privilégios, e aí quando tem que enfrentar aquele que não é privilegiado... Opa! Eu quero o meu de volta. Eu quero continuar tendo o meu”.

Quando perguntada sobre a

a gente vai fazer 100 anos, 200 anos, sei lá mais quantos ‘cem’ anos pela frente de discussão e luta que é corpo a corpo. Não sei se um dia vai chegar a algum lugar, mas a gente não pode prescindir de fazer”.

É nesse cenário que a presença de um lugar como o Museu Afro Brasil se torna extremamente significativo e importante. O acervo é situado em um edifício de doze mil metros quadrados projetado por Oscar Niemeyer e enfrentou preconceitos desde o momento em que estabeleceu raízes. Segundo Ana Lúcia, os comentários eram do tipo: “Pra quê museu do negro no Parque do Ibirapuera? Por que não na Zona Leste?”.

### Uma mudança de perspectiva

convencionais porque geralmente a gente vê muito da cultura europeia e seus formatos. É muito interessante a arte deles porque tudo tem muitas cores, muita estampa. Não tem essa paleta mais fria que a gente acaba tendo como base porque vem da cultura europeia”.

A parte que mais a encanta são as roupas – Leticia diz amar os tecidos, as cores, o corte –, mas como praticante da umbanda também reconhece as várias referências religiosas presente nos muitos artefatos em exposição: “Eu acho que é interessantíssimo nós termos meios de conhecer outras culturas, ainda mais as que sofrem tanto preconceito socialmente no Brasil, como a africana [...] Eu acho

luri Lima



possibilidade de melhora dentro do sistema levando em conta a situação atual da população negra no Brasil, a antropóloga responde que, dentro do sistema capitalista em que vivemos, o Brasil se comporta como desigual, como a nação que se rende à potência, e que tem em seu projeto de país fornecer mão-de-obra para o capital que não é nosso: “E em um projeto de país desse, que oferece mão-de-obra barata pra enriquecer o capital internacional, a população negra é a menos privilegiada de todas. Porque não é que ela é excluída, ela está incluída de forma profundamente desigual. Porque no capitalismo não há exclusão, tudo está incluído. É por isso que ele é competente e se mantém. Então eu fico pensando que

Entre os muitos artefatos em exposição, podemos encontrar livros, quadros, roupas, esculturas e até mesmo uma sessão de ferramentas que são usadas por nós atualmente e foram projetadas pelos negros na época da escravidão. Essa perspectiva afirmativa, positiva, que ressalta a inteligência e a cultura negro-africana, é o que torna o museu tão importante. “Mostra um Brasil potente construído pela mão afro-brasileira, porque não é uma mão. É uma mão que pensa”, diz Ana Lúcia.

Leticia Ferrari Regiani é produtora audiovisual e musicista, tem 24 anos, e já visitou o Museu Afro Brasil três vezes. Sobre sua experiência, ela conta: “É bem diferente dos museus

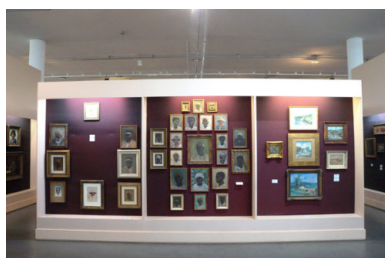
que o brasileiro sempre demoniza a cultura africana por falta de conhecimento”.

Ana Lúcia ressalta que é importante lembrar que o Museu Afro é feito da perspectiva negro-africana, sim, mas que trata da história do nosso país, e não da África, e por isso ele incomoda; porque está “há 15 anos obrigando o povo a assistir e rever a história do Brasil”. E, o mais importante, colocando a figura do negro em primeira pessoa. “Esse museu evidencia história, evidencia memória, evidencia contemporaneidade, mas evidencia também uma condição de dignidade dessa população, de competência”.

Uma das sessões conta com a exposição de um navio negreiro,



luri Lima



assim como os instrumentos de tortura ali utilizados. Ana Lúcia enfatiza que é necessário mostrar o ódio da escravidão, mas que, pelo menos no museu, isso não é tratado como tema central, sendo canalizado em uma única sala: “Saíu dali, não tem mais! O que tem mais é a presença afro-brasileira na competência. No instrumento de trabalho, nas festas, na religião... Ninguém tá escamoteando o momento da escravidão, mas não vamos ficar reféns dela porque essa é outra condição em que a elite branca quer colocar o negro. ‘Vamos fazer memorial da escravidão!’. Pra quê voltar à escravidão? Eu não posso me esquecer dela, mas não posso ficar refém da escravidão porque eu preciso mostrar o quanto a população negra sobreviveu”.

Aos 64 anos, Ana Lúcia sabe que trabalhou muito para tentar ver um mundo mais justo, assim como muitos de seus colegas. Trocou o sonho de ser astrônoma pelo chamado de uma vida dedicada a lutar pela igualdade, pelo direito das minorias. Esperava encontrar um Brasil muito diferente desse que é nossa realidade agora, mas não se arrepende, pelo contrário. Se diz feliz com a trajetória percorrida até aqui: “Todo sonho

que você tem quando é jovem é um sonho de se colocar no mundo, mas só nos interessava um mundo justo, que a gente não tem hoje. Então nós erramos em escala de tempo. Precisa de muito mais tempo que isso, mas a gente tem que se comprometer com o presente, porque é o presente que cria a condição de futuro”.

O Museu Afro Brasil fica aberto para visitação de terça à domingo, das 10h às 17h. A entrada aos sábados é gratuita.

\*Aluna do sexto semestre do curso de

Jornalismo e estagiária da AICon

\*\*Aluno do quinto semestre do curso de Publicidade e Propaganda e monitor do NERA



luri Lima



**50**  
anos  
de uma  
história  
diversa

A FMU FIAM FAAM é um ambiente  
de coexistência, diálogo, empatia e respeito.

Somos e sempre seremos a favor da diversidade.



NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
GÊNEROS E SEXUALIDADE  
FMU FIAMFAAM



NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
ÉTNICO-RACIAIS  
FMU FIAMFAAM

# Bodas de ouro na educação

A FMU comemora 50 anos e celebra meio milhão de alunos formados, 11 campi e 70 cursos

Por Edilaine Felix

Reportagem: Luiz Alberto Rheda, Mateus Lima, Rachel de Brito, Renato Barbato, Sara Souza, Simony França\*

Memória



Acervo FMU

No dia 4 de abril de 1968, o ativista negro, principal liderança pelos direitos civis dos Estados Unidos e vencedor do prêmio Nobel da Paz, Martin Luther King foi assassinado com um tiro em Memphis, Tennessee, EUA.

Vinte anos depois, em 1988, o jornalista e escritor Zuenir Ventura lança a obra *1968 – O ano que não terminou* em que aborda a conjuntura e os aspectos políticos, sociais e culturais de 1968.

E, no cenário educacional no Brasil, também em 1968, surge na capital paulista as Faculdades

Metropolitanas Unidas ofertando os cursos de Direito, Economia, Administração, Contabilidade, Educação e Serviço Social. E, de lá para cá, a FMU passou a presenciar e participar das transformações educacionais na cidade de São Paulo. Em meados dos anos 1980, a FMU se expandiu ao se associar a Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM) e a Faculdade de Artes Alcântara Machado (FAAM), referência em áreas como Comunicação e Arquitetura. Em 1999, a FMU foi credenciada como Centro Universitário e, em 2008,

surge o Complexo Educacional FMU, oferecendo também cursos de pós-graduação lato e stricto sensu e extensão.

Em 2014, o Complexo passou a fazer parte da rede internacional de educação Laureate, composta por mais de 80 instituições de ensino no mundo, com mais de 950 mil alunos. Hoje, os cursos atendem as diferentes áreas do conhecimento – Gestão e Negócios, Direito, Saúde, Artes, Design, Moda, Educação, Comunicação, Tecnologia, Engenharia e Sociais. São mais de 70 cursos, 11 campi em São Paulo e

Grande São Paulo e mais de 500 mil profissionais formados.

Entre eles, o atual presidente do Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM, Eduardo Mendonça, que foi aluno de Economia da turma de 1982 da FMU, e do reitor do complexo, Manuel Nabais da Furriela, egresso da turma de Direito de 1995. Este ano, Furriela assumiu a reitoria no cinquentenário da instituição da qual foi aluno, coordenador do curso de Relações Internacionais e diretor da Escola do Direito.

Ele conta que depois de formado, viajou para fazer mestrado nos EUA, retornou ao Brasil como sócio da empresa na qual havia estagiado e lecionou direito internacional em outra instituição, até que foi indicado por um professor da própria FMU para o processo seletivo na docência do curso de direito. “O professor lembrava de quando eu era estudante e fez algumas observações muito bonitas a meu respeito”, lembra.

O reitor também relembra a sensação de pisar pela primeira vez no complexo como professor: “as salas eram as mesmas que eu tinha estudado. No primeiro dia eu fiz questão de chegar mais cedo e fiquei sentado por alguns minutos sozinho pensando em como aquilo

*“Esse debate da inclusão, abrange várias frentes. Tanto a questão da raça, especialmente, mas também a questão da mulher, das pessoas com deficiência. Então são muitas as áreas nas quais esses assuntos são debatidos com nossos alunos”, Fabio Franco Pereira*

era importante para mim”.

Criar novas possibilidades para todos os cursos. De acordo com Furriela, esse é o desafio do Complexo nesta etapa, que inclui as ações de auxílio a refugiados, em parceria com órgãos ligados a ONU e a restauração do Museu do Ipiranga. “Um dos pontos que mais me interessa é trazer oportunidades para todos os cursos”, diz o reitor que salienta a responsabilidade social da instituição, de proporcionar melhor aprendizado aos alunos.



Eduardo Mendonça, presidente do Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM

Depois de ter atuado em diferentes mercados, Eduardo Mendonça retorna à escola na qual se formou e reconhece o potencial do mercado educacional no Brasil. Mendonça ocupa há pouco mais de um ano o cargo de presidente do Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM, e embora enfatize as mudanças tecnológicas, sociais e culturais nestes mais de 30 anos que o separa da cadeira de aluno e de presidente, para ele o papel transformador da universidade continua o mesmo, principalmente em relação as expectativas de vida e de carreira.

“Ter estudado e fazer parte dessa instituição é algo que não planejei, mas sempre esteve no meu radar. É um privilégio fazer parte do grupo.” Ele sente uma “sensação incrível” ao pensar quantas coisas aconteceram nestes 40 anos e faz uma reflexão: “o mundo era mais simples, menos competitivo, com menos gente, menos barreiras. Hoje, como líderes, temos obrigação de fazer com que essas barreiras não existam. E como líderes devemos promover as mudanças.”

### Outro cinquentão

Como irmãos gêmeos, o curso de Direito comemora 50 anos com a FMU. Um curso com aproximadamente 10 mil alunos, um dos maiores do Brasil, e uma série de desafios que decorrem dessa tradição,

segundo o coordenador Fabio Franco Pereira. “50 anos formando advogados de renome, promotores de justiça de destaque, juízes que têm uma interferência bastante positiva e outros cargos, inclusive de professores.” Para ele, de fato, é bastante desafiador estar à frente do curso, até por conta da necessidade de manter a tradição e o nível de excelência que sempre tiveram.

A alta aprovação no Exame de Ordem – avaliação, por força de lei, realizada pelos bacharéis em Direito, para que possam exercer a advocacia -, é motivo de orgulho para à instituição. No último exame de ordem, A FMU teve 460 alunos aprovados. Foi o maior número de alunos absolutos do Estado de São Paulo.

O curso tem, dentre as ações, o Juizado Especial Cível, um acordo com o Tribunal de Justiça, no qual alunos fazem atendimento à população, supervisionados pelos professores e uma parceria com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), num acordo que prevê atendimento jurídico dos refugiados no Juizado.

“A FMU foi muito feliz nisso porque o acordo possibilita, atendimento na área da saúde, da educação, com validação de diploma, o ensino de português. Porque são as necessidades que os refugiados têm, uma vez que deslocados forçosamente do seu país, não por vontade própria, e precisam de apoio para serem inseridos na





Juri Lima

Prédio do curso de Direito

nossa sociedade”, diz Pereira. O coordenador do curso de Direito ressalta que a Constituição Federal exige, faz com que nós tenhamos que combater toda forma de preconceito, toda forma de discriminação, o que parte também do direito. Segundo ele, o ordenamento jurídico tem que ser voltado, por exigência constitucional, ao combate de discriminação, ao combate do preconceito e, é claro, da inclusão e esse debate é feito com os alunos, com discussões específicas sobre essa questão racial.

### “Pode ser difícil, e é sim! É difícil, mas é possível”

Com mais de 10 anos de experiência na educação básica e 12 anos no ensino superior, Alexandre Claro Mendes, atual coordenador dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais da FMU, já sabe que essa trajetória faz a diferença na instituição, que antes de tudo precisa de docentes capacitados em uma coordenação ativa: “Eu acredito que toda a experiência que eu tenho, de certo modo, cumpre essa seleção

que é necessária e tão presente para a FMU”.

Historiador, Mendes reconhece todos os momentos e todas as dificuldades pelas quais o negro passou ao longo das décadas. Por isso, o coordenador afirma ter “bastante alegria de ser um dos coordenadores negros da FMU” e espera, antes de tudo, ver mais coordenadores negros na casa. Mendes sabe que se torna referência para os alunos e lembra que foi estudante de escola pública, com um ambiente escolar muito mais miscigenado comparado ao da escola privada, e muitos desses alunos da escola pública acabam estando também aqui na FMU, e o enxergam como referência: “Olha se ele é negro e está ocupando esse cargo de coordenador dentro de uma faculdade desse porte, eu também posso fazer isso”. Mendes acredita que é como uma inspiração: “Pode ser difícil, e é sim! É difícil, mas é possível.”

“Navegar é preciso. Viver não é preciso”, é assim, citando Fernando Pessoa (que, segundo o historiador Plutarco, é uma frase do general

Pompeu, por volta de 70 a.C.), que Beatriz Santana responde sobre os desafios diários da sua trajetória profissional. Coordenadora do curso de Letras da FMU, Beatriz que está na instituição desde 2011 e na coordenação desde 2014, enfatiza que coordenar é um desafio porque você lidera e lida com pessoas diferentes o tempo todo. Ora docentes, ora discentes, ora colaboradores administrativos. Segundo ela, é muita gente com expectativas e perspectivas diferentes sobre o seu trabalho. “Essa imprecisão da vida a transforma em um desafio cotidiano, permanente, uma vez que as pessoas são diferentes e sentem diferentes. É difícil atingir um equilíbrio exato das ações: a excelência.”

Espaço de muitas diversidades (etnias, gêneros, culturais, etc.), a universidade deve promover discussões e propiciar o diálogo e a conscientização acerca da nossa história. Segundo Beatriz, conhecer a história é essencial para entender o que é o Brasil, de onde vem o preconceito e como combatê-lo cotidianamente nas relações

sociais. E, é fundamental falar sobre as relações étnico-raciais que construíram nosso país. “A discussão dentro da universidade corrobora para a superação de preconceitos arraigados em nossa sociedade e para a desmistificação de raça superior. E a atividade do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NERA) é essencial para uma sociedade mais justa, igualitária e um mundo melhor”, destaca.

Yuran Judélio Tinta é aluno do oitavo semestre de Relações Internacionais. Ao contrário dos colegas, ele veio de Angola para estudar no Brasil e escolheu o curso de RI por gostar de história e de debate. Em relação as temáticas raciais, o jovem afirma que as academias estudantis são racistas, mas que não sofreu diretamente nenhum preconceito na faculdade. Ele destaca também que, de acordo com sua “percepção de negritude”, tem mais uns três alunos negros na sala de aula. “O núcleo (NERA) tem bastante importância. Precisamos de mais debates raciais e étnicos em todos os cursos, ou pelo menos em cursos como de RI. Os palestrantes são sempre brancos e nunca vi pelo menos um debate sobre a união africana, por exemplo. Por isso eu dou bastante força ao núcleo, e isso é só o início, é necessário ocupar as academias com esses debates, porque eles são reais, e essas pessoas existem, e fazem parte da sociedade”, conclui. Patrícia Santos de Jesus, formada em Pedagogia na FMU, em 2003, e

consultora de Recursos Humanos focada na Diversidade Étnico-Racial, a EmpregueAfro tem memórias lindas da época de estudante e do quanto os professores eram aplicados, mas reforça que sentiu falta de ter um Núcleo para poder fazer a discussão racial. “Eu fico muito feliz em saber que o NERA existe. Na época em que eu estudei não tinha nada que pudesse fazer uma discussão racial, eu senti muita falta de ter um coletivo de estudantes negros porque eu já conhecia de outras faculdades. Comecei, inclusive, dentro de um coletivo de estudantes negros da Fatec...então eu acredito que sim, que um núcleo de estudos que tenha alunos, professores e que possa debater temática étnico-racial é tão importante para a universidade”.



Patrícia Santos de Jesus, formada em Pedagogia na FMU

Arquivo pessoal



Arquivo pessoal

Yuran Judélio Tinta, aluno do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da FMU

## Políticas de integração e inclusão

“Não, na realidade, a questão racial no Brasil, não está resolvida”, desabafa o coordenador Alexandre Mendes, que lembra dos desafios enfrentados na vida profissional, especialmente dentro das escolas da rede privada ao perceber “simplesmente de observar” a ausência de alunos negros. Contudo, Mendes destaca que no ensino superior, é possível verificar que houve efetivamente uma mudança, basicamente nos

últimos dez anos. “Porém, esses alunos acabam escolhendo os cursos que seriam considerados menos tradicionais na graduação, então ainda é um número muito baixo de alunos negros que estão cursando medicina, engenharia; obviamente você vê, mas em um número muito menor se a gente fizer uma comparação com os alunos brancos e isso acaba se tornando um problema.” A população de pretos e pardos no Brasil já é autodeclaradamente maior, no entanto, isso ainda não se reflete no ensino superior, especialmente dentro desses cursos tradicionais. Mendes salienta que o curso de História, no qual se formou e que agora atua como coordenador, tem um maior número de negros, mas reforça que este não é um curso tradicional, apesar de ser um curso de fundamental importância para sociedade brasileira, inclusive pra discutir essa questão étnico-racial. Nos últimos dois anos os projetos e discussões da temática racial se tornaram mais frequentes, ainda mais após a criação do NERA. “Nós temos núcleos de estudos, voltados para integração e políticas de integração e inclusão”, diz o reitor Manuel Nabais da Furriela, que destaca as atividades do NERA: “o núcleo é uma felicidade para a instituição, porque você tem uma temática que é importante para a sociedade, vivemos um momento em que não podemos permitir que a intolerância volte, então temos que ter um discurso de tolerância, um discurso como esse favorece. A Dumela é uma publicação científica para toda a comunidade e um dos nossos principais braços para que a gente possa executar nossa atividade maior que é a formação dos estudantes”.

A coordenadora do curso de Letras, Beatriz, ao ser questionada sobre como lidar com questões raciais no dia a dia, destaca que o termo “lidar com as questões” é bastante apropriado e dispara: “A carga semântica desta palavra revela muito do que é esta nossa lida com as questões raciais. É lutar, sofrer, suportar, encarar, combater, resistir e superar. Sofri muito na infância por desconhecer a existência do preconceito, supor-tei

quando o descobri já no início da minha adolescência. Encarei por muito tempo, em situação estanca, sem saber como agir diante desta triste verdade. Foram os livros que me ensinaram a combater, a resistir e a superar o preconceito. Ler sobre a minha história me tornou resiliente. E foi por considerar o livro como uma das melhores “arma de batalha”, é que escolhi estudar Letras.”

Ela acredita que ensinar a ler e interpretar não somente textos, mas o mundo, é a sua luta contra a discriminação de qualquer ordem, mas principalmente racial, que a afeta diretamente. Para Beatriz, essa é, por vezes, uma luta silenciosa. “O silêncio é um grito doloroso porque faz a dor calar-se dentro da alma, acalmar-se sozinha. Mas é no silêncio que a água invade. É assim a minha trajetória, no silêncio, ‘invado’ lugares que aos olhos de alguns – infelizmente – não poderiam ser ocupados por uma mulher, imaginem por uma negra! A razão da minha luta ser silenciosa é

porque minha trajetória foi solitária. Eu era a única negra na minha sala da graduação, consequentemente do meu mestrado e do meu doutorado.”

Por fim, Beatriz aponta uma possibilidade, uma luz no fim do túnel: “Meus primeiros pares eu encontrei na FMU. Entre elas estão a Profa. Márcia F. Matos da Escola da Educação e a Profa. Maria Lucia da Silva da Escola de Comunicação. Foi mais de uma década de exercício na profissão para formar pares. Na colação de grau do segundo semestre de 2017 do curso de Letras FMU, havia três mulheres negras. Três! É pouco. Pela primeira vez, graduei ‘tantos’ pares. Foi um dos momentos mais emocionante e feliz da minha carreira. A luta delas já não é uma luta silenciosa como a minha porque

elas se unem num grito uníssono. E, por meio delas, que meu grito silencioso ecoa”.

### Oportunidades de carreira e de internacionalidade

Em clima de comemoração dos 50 anos de FMU, o reitor também fala sobre os pilares empregabilidade, sustentabilidade, inclusão e acessibilidade e as ações previstas para essas áreas, dentre as quais estão: feiras de empregabilidade, oferecimento de oportunidades e suporte no exterior pelo Global Office e cursos de capacitação. Furriela ainda explica sobre o caráter internacional de valores do complexo e diz que o legado que pretende deixar após sua gestão está

*“O núcleo é uma felicidade para a instituição, porque você tem uma temática que é importante para a sociedade, vivemos um momento em que não podemos permitir que a intolerância volte, então temos que ter um discurso de tolerância, um discurso como esse favorece”*



Manuel Nabais da Furriela, reitor do Complexo Educacional FMUIFIAM-FAAM

Ara Andreoni

ligado a manter a reputação e os valores do Complexo, bem como a integração na sociedade e o aumento da internacionalização.

Para proporcionar aos alunos oportunidades de carreira e de experiência internacional, em 2015



Sara Souza

Liliane Moura, coordenadora do Global Office

o Complexo inaugurou o Global Office. “A ideia do Global Office é que possa auxiliar o aluno para ingressar no mercado de trabalho, através de programas que o capacitem para isso”, explica a coordenadora Liliane Moura.

O Global Office oferece aos alunos workshops, instruções de como elaborar um bom currículo e portfólio, oficinas de marketing pessoal, além de uma feira de empregabilidade, que acontece uma vez por ano e reúne cerca de trinta empresas para conectar o aluno ao mercado de trabalho.

Nos projetos de internacionalização, muitos alunos já participaram de programas no exterior. A estudante do curso de Jornalismo, Rafaela Cardoso, realizou o intercâmbio Bolsa Ibero-Americanas, por meio do Santander e do Global Office. Ela estudou por seis meses na Universidade do Porto, em Portugal. “Foi um processo que, com certeza, eu

passaria de novo porque valeu muito a pena. Considero o intercâmbio um presente da faculdade por todo esforço e dedicação que tive para ser uma boa aluna.”

Rafaela conta que a Universidade do Porto possui um programa completo para receber os intercambistas e promove frequentemente eventos para proporcionar a interação entre os estudantes. Ela relata que teve a oportunidade de cursar três disciplinas que têm muito a ver com a área de jornalismo que quer seguir: relações públicas, comunicação empresarial e história e teoria do cinema. “Durante os seis meses de intercâmbio também tive a oportunidade de conhecer pessoas dos mais diversos países e culturas, desde a Rússia até a Colômbia. Acredito que esse tipo de interação traz muito crescimento pessoal, uma vez que permite uma percepção de vida muito além da nossa própria bolha de convivência. De toda essa



Sara Souza

Estrutura do Global Office localizada no prédio da Escola do Direito para atendimento aos alunos



Arquivo pessoal

Rafaela Cardoso, aluna do 8º semestre do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM

experiência que vivi fica o sentimento de gratidão, pela FMU|FIAM-FAAM pela oportunidade, pela Universidade do Porto pela recepção, pelos professores brasileiros e portugueses por sempre me impulsionarem a dar meu melhor”. O destino do aluno do 6º semestre do curso de Direito, Jefferson de Lima Dias foi a Polônia. Ele revela que vislumbrou no intercâmbio oferecido pela FMU, uma oportunidade única de aprender mais sobre a União Europeia, além de vivenciar uma experiência internacional que proporcionaria um grande desenvolvimento acadêmico e até mesmo profissional, uma vez que ele pretende atuar na área do direito internacional. Para ele foi uma das melhores experiências já vivida, pois

retornou ao Brasil com uma bagagem preciosa, repleta de conhecimento e amizades. “Sou muito grato a FMU por ter me dado essa oportunidade e me sinto honrado de ter sido o primeiro aluno com deficiência visual a participar desse programa, que me fez superar barreiras, além de realizar uma efetiva inclusão.”, declara Jeferson Lima. “Na Polônia, além de Lodz, tive a oportunidade de conhecer Varsóvia e Cracóvia, lugares que preservam uma história e cultura impressionantes. Estava a todo momento descobrindo coisas novas, e a descrição que meus amigos faziam me ajudava a ter uma melhor percepção das construções e monumentos históricos das cidades. Tateava todos os monumentos e obras de arte que estavam a meu

## Pelo mundo

Rafael Moreira, formado em Relações Internacionais na FMU, em 2015, mestrando em política e economia internacional e professor de relações internacionais na Faculdade Estadual de Chelyabinsk, na Rússia, conta que tem muito boas lembranças dos projetos que desenvolveu, do centro acadêmico do qual foi diretor de pesquisa por 2 anos, dos amigos e dos professores. “A faculdade me trouxe o respeito à diversidade, o crescimento pessoal e a evolução como ser humano. No lado profissional me deu toda a base que tenho, a oportunidade de crescer e trocar informações com professores tão preparados o conhecimento e os desafios”, diz. Ainda na faculdade, Rafael fez intercâmbio, para a Rússia, onde mora atualmente, desenvolveu projetos na faculdade no centro acadêmico e iniciação científica. Depois de formado, trabalhou na Índia por um ano e retornou à Rússia para ser professor. Ele ressalta também a importância do engajamento no ambiente universitário. “Participar dos projetos da universidade como Iniciação Científica, Centro Acadêmico, projetos voluntários, palestras e eventos agrega muito no

currículo e além de tudo você cria um networking que pode te ajudar no futuro.” O fotojornalista Bruno Bierrenbach Feder formou-se em Relações Internacionais em 2006. “Esse período me trouxe muito crescimento, responsabilidades, disciplina e ética”, recorda. Depois de começar a carreira no setor público, ele foi estagiário da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado, passando pela assessoria especial para assuntos internacionais do Governador e acompanhando projetos de cooperação internacional da Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano). “Em 2014 fui para Uganda trabalhar com organizações não governamentais e depois de uma especialização em jornalismo visual e práticas documentais nos Estados Unidos comecei a trabalhar no Sudão do Sul como fotojornalista e como consultor para organizações internacionais como UNFPA, UNICEF, OXFAM documentando projetos e a resposta humanitária.”, explica.



Rafael Moreira

Arquivo pessoal



Bruno Bierrenbach

Arquivo pessoal

Arquivo pessoal



Jefferson de Lima, aluno de Direito da FMU

alcance, e assim, pude enxergar através dos outros sentidos”, informa Jeferson que é deficiente visual. O estudante visitou os campos de concentração e confessa que pode refletir sobre os tristes acontecimentos de ódio e discriminação que mancharam a história da humanidade na II Guerra

Mundial, “pois além dos judeus, as pessoas com deficiência também eram submetidas a condições desumanas e ao extermínio sistemático nesses campos”.

### Futuro melhor

A coordenadora de Operações Gláucia Nascimento Nunes, que trabalha na FMU desde 2015, só tem boas lembranças dos desafios, do aprendizado e das pessoas que conheceu nos três anos em que está na instituição. “Hoje já desenvolvi um senso de pertencimento, eu gosto muito do que eu faço e das pessoas com as quais trabalho.”

Ela conta que foi vítima de preconceito quando era criança. “É interessante pensar que estou num ambiente de educação e a primeira lembrança de preconceito e racismo que eu tenho de ter sofrido foi no ambiente escolar. Eu tinha 6, 7 anos, estava na primeira série e a minha professora tinha atitudes racistas, fazia comentários racistas, isso me deixava desconfortável, excluída das brincadeiras, das atividades em sala de aula. Um dos episódios mais marcantes de preconceito.”

No dia a dia de trabalho, Gláucia percebe que o temas raciais não são abordados, mas ela estimula a sua equipe para que não tenham nenhum tipo de preconceito. “Hoje eu vejo que na casa estamos aos poucos começando a trabalhar essas questões que são de extrema importância. Não apenas o racismo, mas qualquer tipo de preconceito deve ser vetado. Temos de desestimular. Aqui estamos formando pessoas, então precisamos fazer nosso dever também em casa – trabalhando isso dentro da instituição, dentro de casa, em todos os lugares”, diz.

“Eu comecei aqui em 1990, então são muitos anos, né? E é um prazer imenso eu também passar para a equipe os valores e o prazer de trabalhar nessa instituição. A FMU faz parte da minha história pessoal. Eu estudei Geografia, História e pós-graduação em Gestão Escolar. Minha filha, que também estudou aqui, cresceu com essa expectativa”, conta Mércia de Paula Nunes, coordenadora da Central de Atendimento ao Docente. Hoje ela é responsável por quatro supervisores. Dois na FMU e dois na Anhembi Morumbi. Trinta e oito colaboradores na FMU e vinte e

### Parcerias promovem integração e interação

Nesses 50 anos, a FMU realizou alguns acordos para ampliar as possibilidades de ensino-aprendizado. Os cursos de Letras e Direito, por exemplo, participam de uma parceria entre a FMU e a ACNUR. O acordo, segundo Pereira, é mais amplo na área jurídica porque ele possibilita atendimento na área da saúde, na área da educação, validação de diploma, o ensino de português, porque são as necessidades que os refugiados têm, uma vez que deslocados do seu país forçosamente, não por vontade própria, mas que eles têm para se inserir na nossa sociedade.

O curso de Letras ministrará aulas de língua portuguesa para estrangeiros. O projeto permite que discentes e docentes promovam a integração e a interação social de um indivíduo ao contexto social brasileiro, segundo a coordenadora do curso, Beatriz Santana.

“Penso que quando um curso, por meio de sua universidade consegue ultrapassar seus próprios muros a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária significa que atingiu sua própria maturidade acadêmica. Há a compreensão da importância e da relevância de seu papel na sociedade: a promoção do bem-estar social e, conseqüentemente, de um mundo melhor”, enfatiza Beatriz.

No curso de Direito, o Juizado Especial Cível prestará atendimentos jurídicos dos refugiados. “O problema dos refugiados é um problema mundial. O Brasil tem se notabilizado ao longo do tempo por recepcionar refugiados e não é o fato de estarmos enfrentando essa questão com a Venezuela que vai deixar que o Brasil seja um centro de recepção de refugiados e nós aqui da FMU queremos mostrar que o Brasil tem um papel importante nisso. Acolher os refugiados e prestar o atendimento que eles necessitam é uma necessidade”, diz o coordenador Fabio Pereira.

“E o atendimento jurídico é uma das perspectivas nessa linha, que vão precisar de uma série de orientações para que possam fazer valer os seus direitos. É uma parte da população que é muito marginalizada, porque falta documento, ela não é acolhida por conta da língua, há uma ideia de que eles vêm para roubar empregos e é o contrário. Então nós fomos muito felizes por esse acordo tem sido celebrado justamente nos 50 anos, porque mostra o papel que a FMU na inserção de população e inclusive a da população marginalizada e do mercado de trabalho.”

cinco na Anhembi Morumbi. Nesses 28 anos, Mércia passou por muitas mudanças, de gestão, de metodologias e também carrega muitas lembranças. “Eu vi vários processos e sempre torci pelo crescimento da instituição. Aqui a gente cresce, vai crescendo com cada uma das pessoas que estiveram com a gente. A FMU foi e é muito importante para mim.”

Quem também guarda boas lembranças é Viviane Pereira Soares auxiliar de coordenação na Pós-graduação da FMU, FIAM-FAAM, Anhembi Morumbi e BSP. “Tem bastante história de pessoas, amigos, chefes, que trabalharam aqui. Mas as lembranças maiores são as dos colegas de trabalho, de todos, de todas as áreas que eu já pude contribuir. É bastante carinho, tanto que a gente tem contato até hoje. Pessoas do call center e de outros departamentos também”.

### Centenário?

Transformação. Essa é a palavra que deve guiar a instituição nos próximos anos, de acordo com Mendonça, que acredita num futuro com jovens com mais ansiedade para produzir, inovar, e também mais preocupados com o meio ambiente, o planeta. “Esse papel

social terá uma representatividade maior nos próximos anos e deve pautar os próximos anos na FMU.”

Para os próximos 50 anos, o coordenador Alexandre Mendes, espera mudanças. “A gente já percebe uma série de transformações e talvez a maior seja inclusive com o cargo que eu ocupo dentro da FMU, um cargo de absoluta responsabilidade, sendo negro, responsável por 6 cursos, sendo 4 presenciais e 2 semipresenciais, com aproximadamente 1.200 alunos. Isso acaba servindo de reflexo para os alunos, de um próprio olhar sobre a FMU, de perceber que existe uma capacidade completamente

*“Transformação. Essa é a palavra que deve guiar a instituição nos próximos anos, de acordo com Mendonça, que acredita num futuro com jovens com mais ansiedade para produzir, inovar, e também mais preocupados com o meio ambiente, o planeta”*

igual entre negros e brancos e eu acredito que isso só vai somar para os próximos 50 anos da FMU. E falo somar de uma forma positiva. Espero poder ver mais colegas

negros ocupando cargos de chefia no mercado.”

Já o coordenador do curso de Direito, Fabio Pereira, sinaliza: “tenho certeza que nós honraremos a tradição desses 50, buscando aí um centenário.” Para ele, seria realmente uma honra, no futuro, poder voltar em algum momento na instituição e ter a certeza que de algum modo, ainda que com uma pequena contribuição, de ter participado dessa história que começou lá em 1968 e que hoje completa 50 anos. “Então a minha perspectiva é que daqui 50 anos, nós tenhamos um curso tão forte como nós temos hoje, se não mais.”

\*Monitores do NERA e estagiários da AICom (Agência Integrada de Comunicação)

### Eu sou FMU

“O ambiente familiar, a superação desafios diários, de auxiliar na formação das milhares de pessoas que se formaram ao longo dos 15 anos, me faz continuar na FMU”, **Eduardo Moraes auxiliar rondante (segurança patrimonial) no Departamento de Segurança.**

“As pessoas têm um pouco de medo de levantar a bandeira, mas acho que estamos caminhando para que esses assuntos sejam cada vez mais debatidos, para um futuro melhor”, **Joana Paixão, auxiliar de secretaria acadêmica no mestrado de Saúde Ambiental**

“Tenho lembranças muito boas dos 16 anos que estou na FMU, aprendi bastante, consegui ter mais acesso ao mercado. E o que me faz continuar aqui é poder passar um pouquinho do que eu sei para os alunos”, **Ricardo Negrathia, 16 anos na FMU, editor e diretor de TV**

“Minha mãe trabalhou na FMU e eu estou aqui há 23 anos. Quando criança eu vinha para cá (a biblioteca), olhava e livros, conversava com as bibliotecárias e sonhava trabalhar aqui. Eu adoro meu trabalho”, **Maria Gorete Zuza, auxiliar de biblioteca**

“Trabalho com professores, coordenadores e alunos e meu local de trabalho é muito bom. Quero fazer um curso de graduação e melhorar minha possibilidades no mercado de trabalho”, **Terezinha Apolinário, atendente plena sala dos professores, 8 anos de FMU**

## Acessibilidade nos 50 anos do Complexo Educacional FMU | FIAM-FAAM

Renato Barbato\*

O complexo educacional FMU, FIAM/FAAM tem muito a comemorar no seu aniversário de 50 anos a respeito da inclusão de alunos com deficiência. Em 2015 teve início o debate de ações para inserção dessas pessoas nos campi da universidade com a criação de um Comitê de Inclusão. Nele foram traçados os primeiros atos a serem realizados para o ingresso dos candidatos com deficiência aprovados no vestibular da instituição.

A Lei nº 13.146/15, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão – LBI, determina que todos os espaços estejam acessíveis para receber pessoas com deficiência e barreiras atitudinais e comunicacionais sejam retiradas, com o objetivo de proporcionar a esse público cidadania plena. “Tanto as questões pedagógicas como as arquitetônicas começaram a ser implantadas nessa época”, lembra Cintia N. Madeira Sanchez, Psicopedagoga do NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, substituto do NADD – Núcleo de Apoio Discente e Docente criado a partir do Comitê de Inclusão.

O primeiro método de acessibilidade oferecido pela universidade foi o intérprete de libras, devido a uma matrícula de aluno com deficiência auditiva. Posteriormente vieram as reformas para adequação arquitetônica com rampas, piso tátil e adaptação dos elevadores. Para pessoas com deficiência visual é disponibilizado o serviço de leitor e equipamento para digitalizar o acervo da biblioteca. Para solicitar as tecnologias assistivas, o estudante deve se declarar como pessoa com deficiência no ato da matrícula e apresentar laudo médico comprovando essa condição.

“A partir desse comunicado é acionado o Programa de Atenção Especial do NAP, onde é marcada uma entrevista com a finalidade de conhecer as necessidades do calouro”, afirma Cintia. “Pode acontecer do aluno se declarar e não precisar de apoio do NAP, ele já tem autonomia e não precisa”, ressalta. Essa conversa gera um relatório com a ajuda que o discente precisa e um material é enviado ao professor orientando como agir. A instituição vem se esforçando na conscientização dos professores e colegas de turma do educando com deficiência, a partir de demandas individuais conforme

solicitação do candidato.

Atualmente a Universidade conta com 31 alunos com deficiência auditiva, 22 com deficiência visual, 22 pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, 5 deficientes intelectuais e 7 com transtorno do autismo, totalizando 87 matriculados.

\*Aluno do segundo semestre do curso de Jornalismo e monitor do NERA



Ilustração



# Um novo olhar sobre a escravidão

Por Vanessa Cristina\*



Arquivo pessoal

**M**estre pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte pelo MAC-USP e licenciado em Artes Plásticas pela ECA-USP, o quadrinista Marcelo D'Saete conquistou o mundo e uma das principais premiações do universo das HQ's com *Cumbe*, uma história sobre o Brasil Colonial e a escravidão a partir da perspectiva negra. O ganhador do Prêmio Eisner concedeu à Dumela entrevista por WhatsApp falando sobre seu passado, sua carreira, suas inspirações e projetos.

**Dumela:** Em seu livro *Encruzilhada* você retrata histórias cotidianas em uma periferia de uma grande metrópole. Você nasceu e foi criado na zona leste de São Paulo, em bairros como São Mateus e Artur Alvim, sua experiência de vida dentro dessa realidade serviu como inspiração para a obra? De que maneiras?

Marcelo D'Saete: Eu vim da Zona Leste de São Paulo. Nos primeiros livros o *Encruzilhada* e *Noite Luz*, tem muito dessa vivência, não somente a experiência no bairro, mas esse contato com a grande cidade como São Paulo, principalmente o centro de São Paulo, onde eu trabalhei como office boy, e onde estudei também. Todas essas experiências, de certo modo foram levadas para a construção dessas obras, e muitas dessas histórias surgiam a partir da conversa com colegas, vivências e também outras notícias de jornal que eu lia na época.

**D: Você, como professor, acredita que a forma com a qual são abordados temas relacionados à cultura negra (religião, valores, comportamento e costumes) é adequada? Ou a base curricular poderia, de alguma forma, colaborar para valorização dessa cultura e ajudar na diminuição do racismo por meio da educação?**

M: Sobre o ensino desses temas de arte, cultura, história negra nas escolas... Imagino que estamos em um momento ainda de transição. Na minha (época), o garoto não via esses temas sendo abordados dentro do espaço escolar, a não ser que fosse em episódios isolados ou mesmo em momentos de exotismo. Considero que isso é diferente hoje sim, é um outro momento, e tem muitas experiências, muitos professores que tem trazido essa discussão de um novo modo. É claro que isso ainda é muito pequeno, se olharmos o Brasil como um todo, mas sabemos que há um movimento nesse sentido. Agora é claro que é preciso ter um avanço em compartilhar essas práticas, e bem como, saber onde que elas estão sendo realizadas e de que modo que elas estão sendo realizadas.

**D: Seus trabalhos costumam tratar de questões sociais e raciais presentes em nossa sociedade. Por que a escolha do formato em quadrinhos para abordar esses temas?**

M: Olha, o formato quadrinhos é algo em que tenho muito interesse desde a infância, passando pela adolescência principalmente. Aí no final da adolescência eu escolhi que iria trabalhar com desenho e histórias em quadrinhos. Aos poucos diversas questões me levaram a perceber e a compreender o modo como esses temas étnico-raciais são tratados em livros e mesmo socialmente falando, e aos poucos fui levando essa discussão também para as histórias em quadrinhos.

**D: Seu trabalho dissemina questões extremamente importantes para a sociedade e o formato em HQs costuma ser popular entre os jovens. Você tinha a intenção de atingir esse público? Acha que sua arte pode, de certa forma, influenciar positivamente**

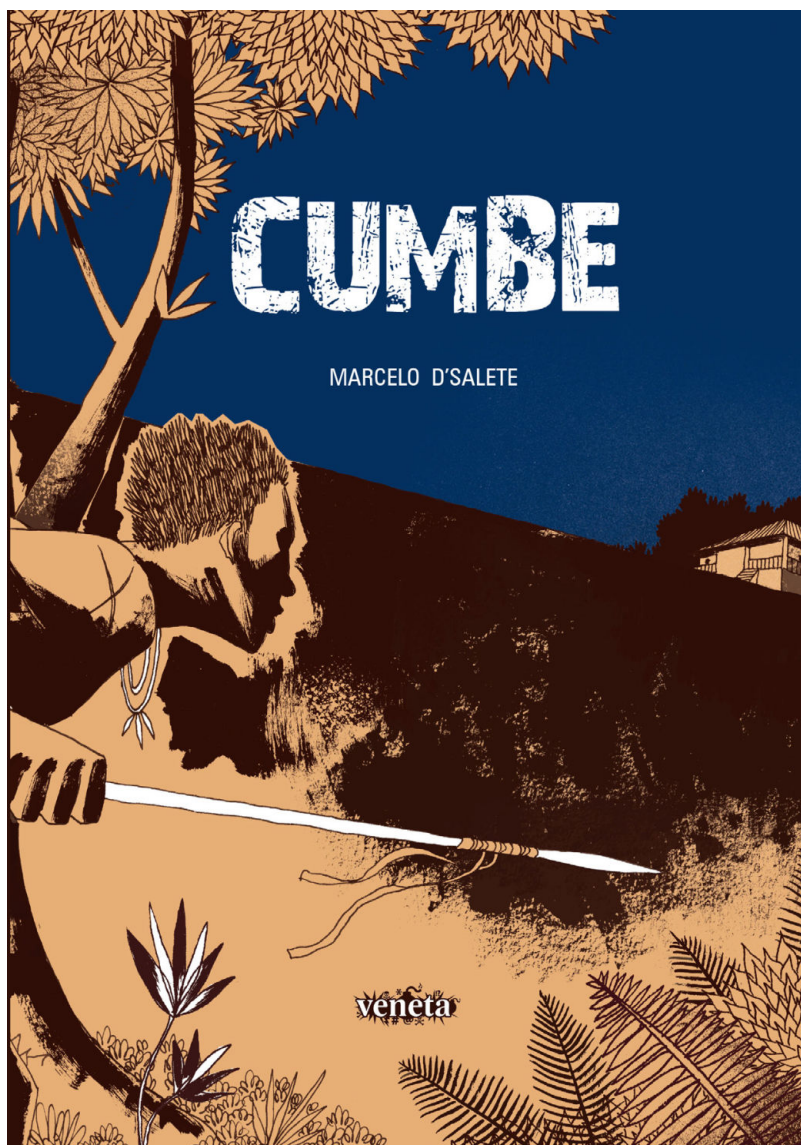
**o jovem sobre esses temas?**

M: Como eu havia mencionado antes, quadrinho é um meio que eu acho muito interessante, muito complexo, muito bonito também, tenho uma grande paixão por esse tipo de formato, pela forma de contar histórias com imagens e utilizando texto também. Mas principalmente pela forma como é possível criar ritmos e diferentes ambientes utilizando a imagem. O quadrinho consegue fazer isso de uma forma extremamente provocativa, interessante... Além disso, é extremamente interessante para o nosso tempo também, para a nossa época, e claro, o quadrinho também é algo que chama a atenção de um

público mais jovem, mas inicialmente, esses trabalhos que eu fiz foram feitos pensando num público já um pouco mais velho. Mas considero, claro, que eles podem ser lidos, compreendidos e discutidos também com alunos mais jovens e, geralmente, o contato que eu tenho com os leitores tem sido interessante.

**D: Questões sociais são uma característica marcante do seu trabalho, mas você pretende escrever sobre outros assuntos em futuros trabalhos? Por que?**

M: Eu escrevo sobre temas que me chamam a atenção, que considero caros para mim, para a minha formação,



geralmente são coisas que eu acabo vivenciando ou estudando por um longo tempo. Então para mim é difícil, às vezes, fazer histórias em quadrinhos com outros temas que eu não tenho uma relação tão forte assim. E eu tenho um trabalho de produção de quadrinhos também que não é rápido, é um trabalho razoavelmente demorado, com muitas revisões, muito tempo de refazer páginas e tal, e faço desenho, faço o roteiro também. Tenho alguns colegas que tem um traço, o desenho super-rápido. No meu caso, não. Demoro bastante para decidir qual cena que eu vou utilizar, mas eu gosto desse modo de construção, gosto de prestar atenção em cada um dos detalhes. E talvez temas novos possam surgir sim, no futuro.



**D: Você imaginava que Cumbe receberia tamanho reconhecimento de crítica e público? A que atribui isso?**

M: Olha, a premiação foi algo que trouxe um reconhecimento e uma publicidade sobre o livro grande, não imaginava isso. De certo modo, no Brasil, uma premiação no exterior é algo que chama muita atenção, já houve uma outra premiação recente ao Angola Janga, chamada Grampo, que é uma premiação razoavelmente nova em São Paulo, mas muito interessante, feita pela crítica especializada de quadrinhos. E agora nas últimas semanas do prêmio HQ Mix, que é uma premiação que tem aqui em São Paulo, há cerca de 30 anos. Mas, com certeza, a premiação do Eisner foi o que acabou chamando mais atenção das pessoas pra essa obra, já um pouco mais antiga, de 2014, que é o Cumbe. Imagino que tudo isso tenha a ver com uma conjuntura. Cada vez existem mais pessoas interessadas em conhecer mais sobre essa história e, creio que, o formato histórias em quadrinhos acaba sendo um diferencial, acaba sendo um outro modo de adentrar a esse universo e de conhecer um pouco mais desse contexto todo. E de, lógico, poder também aproximar essa experiência do nosso momento atual.

**D: Como foi o processo de desenvolvimento da produção de Cumbe?**



*“Eu escrevo sobre temas que me chamam a atenção, que considero caros para mim, para a minha formação, geralmente são coisas que eu acabo vivenciando ou estudando por um longo tempo. Então para mim é difícil, às vezes, fazer histórias em quadrinhos com outros temas que eu não tenho uma relação tão forte assim”*

M: Cumbe foi um livro produzido durante bastante tempo e foi feito inicialmente em conjunto com o projeto de livro do Angola Janga. Isso começa com algumas leituras iniciais em 2004, e depois em 2006, quando fiz o primeiro roteiro pro livro Angola Janga. Aos poucos fui percebendo que parte dessas histórias mereciam um livro separado e daí veio o livro Cumbe, falando principalmente do contexto colonial de população negra, de uma perspectiva negra sobre a história e também, falando disso a partir dessa experiência da escravidão.

**D: Você recebeu apoio do Proac em 2013 para a produção de Cumbe. Sendo alguém que viveu de perto a importância desse tipo de iniciativa, como se sente hoje vendo cada vez mais projetos públicos voltados a educação sendo cortados?**

M: O Cumbe teve apoio do edital Proac de 2013, assim como o Angola Janga teve o apoio do Proac em 2016. Esse tipo de premiação e apoio é importante para que artistas que fazem quadrinhos de fato tenham recursos para disponibilizar tempo para a realização de uma obra, isso é muito importante hoje em dia. Outros modos de financiamento coletivo que hoje são bem utilizados são o Catarse e outras redes de apoio, só que o Proac, ele tem um diferencial por ser algo público, faz parte de um projeto então de financiar esse formato de arte que são as histórias em quadrinhos, e é essencial porque você consegue criar narrativas, você consegue ter verba para pagar a impressão dessas obras, né? E pagar minimamente o artista, não é o valor ideal, mas pelo menos é algo aí que pode ajudar bastante, e depois enfim, pensar na distribuição. É essencial que esse tipo de projeto exista para que a gente tenha mais artistas produzindo quadrinhos, boas histórias em quadrinhos, para profissionalizar a área e para que esses artistas de quadrinhos não migrem para outras áreas, como a ilustração de livro paradidático, didático, ou editorial, ou publicitário, ou outras formas também de trabalho.

**D: Angola Janga trata, assim como Cumbe, do tema escravidão em mais de 400 páginas. Quais foram**

**suas fontes e como foi trabalhar na produção desse livro?**

M: Na verdade esses dois trabalhos foram feitos concomitantemente, mas terminando Cumbe, me dediquei mais à ele. Essas pesquisas foram bem amplas, pesquisei principalmente os autores que falaram do livro, que falaram da saga de Palmares, então Edson Carneiro, Décio Freitas, Ivan Alves Filho, além de vários outros autores que escreveram sobre Palmares em artigos e outros textos; Flávio Gomes também foi um autor importante. Além disso, eu tive que pesquisar mais ainda sobre Brasil colonial, sobre todo esse contexto da escravidão, para criar todo o contorno dessa história sobre Palmares. Um trabalho longo, mas uma pesquisa muito interessante, que cada livro levava à vários outros. Mas enfim, fico feliz, muito feliz realmente de ter visto o final desse processo aí que começou há 12 anos.

**D: Quais são suas influências artísticas para a realização de seus trabalhos?**

M: Me inspirei em muita gente, daria para citar aqui centenas de outros artistas, mas diria que na área de literatura, o Luis Fulano de Tal (A Noite dos Cristais), falando sobre a Revolta dos Malês, foi um trabalho bem importante que me inspirou. Além disso, a Toni Morrison, os vários livros dela, principalmente os mais históricos, mas os mais recentes também, foram extremamente interessantes para pensar nessas narrativas. Outros trabalhos de quadrinhos americano, europeu e mangá. Poderia citar pelo menos Os 300 de Esparta, de Frank Miller; o Do Inferno, do Alan Moore; Vagabond, do Inoue. São trabalhos de quadrinhos históricos que revelaram para mim que é possível fazer quadrinhos históricos de uma forma dinâmica e interessante para o público de hoje, e acabou sendo essa a minha intenção com Angola Janga.

**D: Visto a situação atual do nosso país, o prêmio Eisner ganho por Cumbe não foi apenas uma grande conquista na sua carreira, mas também para a arte brasileira. Como você se sentiu ao recebê-lo?**

M: Uma premiação como o Eisner para

o livro Cumbe chama atenção para um tipo de narrativa, de história, para o fato de haver histórias ficcionais tratando desse tema no Brasil sim. Mas eu ainda considero que são poucas pensando nos três séculos aí e mais que a gente teve do Brasil Colonial, do Brasil escravocrata. Tem muitas histórias, muitos autores, muitos personagens interessantes que a gente poderia analisar, discutir e criar excelentes ficções sobre eles, isso para além até dos autores, dos personagens mais conhecidos, que às vezes a gente mais cita, tem outros personagens menores aí dentro dessa história que merecem vir à tona, que merecem ter sua história narrada pela ficção de um modo à aproximar as pessoas desses autores. E fico feliz de saber que essa premiação pode influenciar que outros artistas também pesquem essas referências e de ser um contraponto, também uma corrente política, uma corrente extremamente reacionária que nega essas experiências indígenas e africanas no nosso país. O nosso país foi construído, em grande parte, pela mão indígena e africana, aliás, sem isso ele não seria do modo como a gente conhece hoje, de forma alguma, e a presença desses grupos foi extremamente importante para que a gente se compreenda hoje como nação. A experiência desses grupos é estruturante da nossa sociabilidade, da nossa sociedade, e a gente não pode negar isso.

\*Aluna do sexto semestre do curso de Jornalismo.

# Conheça os Núcleos de Estudos do Complexo FMU|FIAM-FAAM:



NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
ÉTNICO-RACIAIS

**FMU** **FIAMFAAM**  
COMPLEXO EDUCACIONAL



NÚCLEO DE ESTUDOS DE DRAMATURGIA

**FMU** **FIAMFAAM**  
COMPLEXO EDUCACIONAL



NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
GÊNEROS E SEXUALIDADE

**FMU** **FIAMFAAM**  
COMPLEXO EDUCACIONAL



NÚCLEO DE ESTUDOS DO MEIO AMBIENTE

**FMU** **FIAMFAAM**  
COMPLEXO EDUCACIONAL

**FIAMFAAM**

**FMU**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

1968 • 2018  
**50** Anos  
HISTÓRIA PRA FAZER A SUA



# Futebol: a doce e difícil busca pela realização

Por Vinicius de Souza Melchior



*Buscando um sonho* é o título do meu Trabalho de Conclusão de Curso em formato de livro fotorreportagem. Nele abordo as dificuldades enfrentadas no processo de profissionalização de cinco atletas que atuam nas categorias de base de futebol do Nacional Atlético Clube. Para este ensaio selecionei dois personagens: o goleiro norte americano Phillip Ejimadu e o meia atacante Victor Erick, natural de São Paulo.







Consum Exame

# Cotas raciais: uma medida necessária

Por Caique Reis\*  
Edição: Carla Tozo

O artigo 5º da Constituição Federal afirma que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”  
Porém o Brasil é um país cheio de desigualdades, especialmente no que se refere a área de educação. Assim, a

Lei nº 12.711 sancionada em agosto de 2012, tem sido uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais. Voltada para estudantes que cursaram o Ensino Médio, integralmente, na rede pública, oriundo de famílias de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, a Lei de Cotas reserva, no mínimo, 50% das vagas disponíveis nas universidades e

institutos federais para este público. Mesmo assim, a medida divide opiniões e a Dumela foi a campo ouvir o que as pessoas têm a dizer. De um lado há histórias de beneficiários sem necessidade e defensores de que a Lei fere a autonomia universitária. De outro, os que realmente acreditam na medida como uma ferramenta necessária e urgente de retratação histórica.

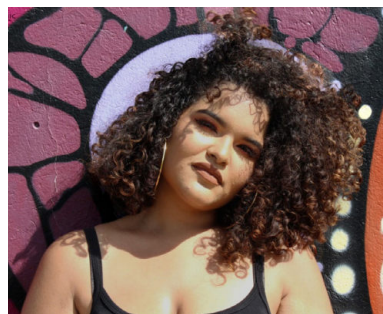


Arquivo pessoal

“Na minha opinião as cotas raciais são extremamente necessárias. Talvez seja uma medida provisória - ainda que sem previsão de um fim - para equiparar as chances num sistema tão desproporcional. A lógica do mérito falha quando não são dadas as mesmas oportunidades a todos, de forma que os negros ainda são os que mais sofrem como consequência desigualdade e histórica, portanto, a chance de estar numa universidade pode ser o caminho para escrever uma nova história.”, **Nicole Zaíra Fraga, aluna do 8º semestre do curso de Rádio, TV e Vídeo do FIAM-FAAM.**

“Mesmo eu sendo contra, acho que poderíamos ter uma medida que fosse igualitária, sem precisar ser uma medida de cor racial. No entanto, acho essa medida importante porque ajudou milhões e milhões de negros a entrarem nas universidades.” **Rebeca Barreto dos Santos, estudante do 1º semestre de Biomedicina da FMU.**

“Durante pouco mais de 400 anos sofrendo com a escravatura no Brasil, a população afrodescendente que reside no país ainda sofre com as consequências de séculos de tristeza e trabalho escravo. Hoje, para mim, as cotas raciais são uma pequena parte do pagamento da dívida histórica que a população possui com a comunidade afrodescendente. Facilitando o acesso de jovens negros e periféricos a universidade, na minha opinião, as cotas raciais só tendem a contribuir com essa parte da população.”, **Gabriela Borges Resende, aluna do 8º semestre do curso de Rádio, TV e Vídeo do FIAM-FAAM.**



Arquivo pessoal

“Falar sobre cotas raciais é um discurso que já cansa e cansa por que? Porque desde 2012 quando foi instituída as cotas nós ouvimos que não deveria existir cotas para negros em universidades públicas ou privadas porque isso depõe contra o próprio negros, que todos nós temos a mesma capacidade intelectual, a questão do mérito (...) e a gente vê os próprios negros comprando esse discurso, inclusive. As pessoas dizem que deveria ser instituído uma educação melhor desde a base... só que aí o que nós estamos vendo?! Não existe investimento nenhum na base desde 2012, ou seja, a educação continua com as mesmas fragilidades e esse discurso vai por terra. Comprovadamente os alunos que entraram nas universidades por cota acabaram se saindo melhor que os outros alunos... então o discurso da meritocracia vai durar até quando? As cotas são sim ainda necessárias, tem que se fazer essa correção histórica, mas enquanto nós não utilizarmos a mídia para fazer com que as pessoas entendam o que é esse processo histórico que desqualificou o negro durante 350 anos de escravidão, nós negros, brancos, sociedade em geral não conseguiremos fazer que é uma dívida história que o país tem para com a comunidade negra. Entenda que a qualificação dos negros vai ajudar no desenvolvimento do país, no combate à miséria porque teremos profissionais mais conscientes do que é a sociedade brasileira. Assim ainda é um discurso difícil, necessário, de combate ao racismo, às desigualdades sociais que precisa ser feito. As cotas precisam existir nas instituições de ensino públicas e privadas para um futuro melhor para esses meninos e meninas negros”, **Rosângela Paulino de Oliveira, jornalista e doutora em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

“Eu sou a favor das cotas raciais pela democratização racial que elas permitem em vários espaços, seja ela no mercado de trabalho, educação e política, ou seja, as cotas raciais possibilitam a entrada em lugares que não poderíamos entrar. Vivemos numa democracia onde as pessoas podem ser a favor ou contra as cotas raciais, mas quem é a favor das cotas raciais compreende a forma do racismo institucional dentro da nossa sociedade. A não existência das cotas seria um retrocesso no país. Se a gente pegar a porcentagem de alunos negros que entraram antes da lei de cotas existirem e a quantidade após ela estando em vigência percebemos um avanço. Os alunos negros, mesmo com as cotas raciais, têm menos possibilidade de entrarem na faculdade do que um aluno que não é cotista. Não houve um momento em que a questão racial e o racismo foram pautados seriamente no Brasil, portanto, isso não seria diferente também na educação. Assim, as cotas raciais abriram um debate interessante na sociedade que possibilitou a pluralidades de vozes que antes não existiam”. **Nathalia Carneiro, aluna do 5º semestre do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM.**



Arquivo pessoal

Arquivo pessoal



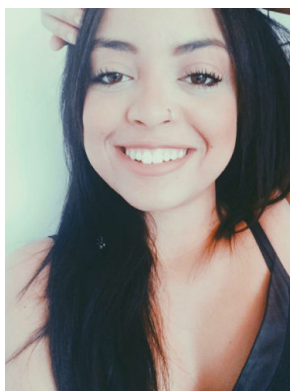
“Creio que seja importante porque a desigualdade é evidente, então as cotas raciais servem para ter a inclusão de negros em direitos fundamentais. A importância de se debater sobre o tema, e de trocar informações é deixar o achismo das pessoas sobre a lei de lado. Sou a favor das cotas raciais porque é o meio de inclusão emergencial. Não acredito que a lei de cotas raciais fere o artigo 5º da Constituição, porque quando as pessoas falam de igualdade tem que dar mecanismo para isso. Assim, quando começam a dizer que algumas pessoas têm privilégios mais que as outras, temos que dar mecanismos para que todos tenham os mesmos direitos, ou seja, as cotas raciais servem para isso. Eu estudo em uma sala que tem setenta alunos e no máximo cinco contando comigo são negros e isso porque existe a lei de cotas, imagine se não tivesse. Eu quero saber onde estão os negros? Se a nossa população é quase de 50%, então, onde estamos? É necessário sim esses mecanismos emergenciais, caso contrário, essa desigualdade vai persistir por muito tempo ainda”. **Beatriz Cristina Oliveira da Silva, aluna do 2º semestre do curso de Direito da FMU.**

“Ao meu ver as cotas raciais são de extrema importância para uma sociedade mais igualitária e com oportunidades para todos. Eu sou a favor das cotas pois 53% da população brasileira é negra e menos de 1% dos professores universitários são negros. Eu sou negra e, mesmo, não tendo usado a lei de cota sei que, infelizmente a maioria da população negra é pobre e não tem oportunidades como eu tive. Achar que um cotista é menos inteligente, é um “privilegiado”, que rouba vaga é uma ignorância. Quem é contra, esquece que se trata de um benefício social cedido pelo governo, é direito e não esmola.”. **Isabella Barboza Viana, aluna do 5º semestre do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM.**



Arquivo pessoal

Arquivo pessoal



“Eu acho que é uma medida necessária e como uma ação afirmativa temporária não acho que deve ser eterno, mas ela deve continuar a existir se ainda houver a necessidade. O ideal mesmo seria uma mudança no ensino base, assim as cotas não seriam necessárias, mas a questão é que essa mudança com todas as estimativas ainda vai demorar muito e não dá para esperar. Eu também acho que falta aparecer mais resultados de pesquisas depois que as cotas começaram. Quantos negros entraram nas universidades? Como eles estão? Por que 80% dos moradores das comunidades são negros? Isso não é coincidência, é falta de oportunidade. Cada vez que vejo alguém sendo contra a lei de cotas sinto a necessidade de se debater mais ainda o tema. Tem muito argumento raso sobre isso...” **Thayna Aparecida da Silva, aluna do 5º semestre do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM.**

\*Aluno do 5º semestre do curso de Jornalismo e estagiário da Agência Integrada de Jornalismo (AICom);

# Politicamente correto: censura ou nova consciência?

Por Ricardo Alexino Ferreira\*

Refleta

Arquivo pessoal



O termo politicamente correto talvez seja um dos mais complexos na contemporaneidade e, por esse motivo, o mais rechaçado. Em países em que os meios de comunicação midiáticos carecem de regulamentação eficiente, como é o caso do Brasil, o termo é duramente criticado e tido como censura por comunicadores, educadores e pessoas que não querem problematizar a questão.

No entanto, muita gente critica o politicamente correto sem de fato conhecê-lo, deixando de lado a sua essência histórica. Aliás, a sua origem ainda é marcada por algumas dúvidas. Alguns estudiosos consideram que o termo foi pensado nos anos 1960; outros, vão dizer que surge dentro dos estudos da Teoria Crítica, desenvolvida pela Escola de Frankfurt, na Alemanha dos anos 1930 e 1940.

Mas a sua definição epistemológica

de fato está localizada nos anos 1990, nos Estados Unidos, sendo chamado political correctness, dentro do meio acadêmico, com o objetivo de repensar como o racismo e o sexismo estavam sendo refletidos na instrução, na língua e no conteúdo do currículo escolar. Ou seja, o politicamente correto não surge na comunicação midiática, propriamente dita, mas no âmbito da educação.

A sua fundamentação teórica implicou, em um primeiro momento, a avaliação dos conteúdos étnicos e de gêneros nos livros didáticos e nos currículos e a verificação se eles poderiam trazer em si inferências sexistas ou racistas ou prejudiciais a segmentos sócio-acêntricos (grupos minorizados).

Nessa mesma fase, o politicamente correto, que se tornou uma espécie de metodologia e método de análise para os estudos da educação, tornou-se também um instrumental importante para a compreensão do racismo nos meios de comunicação midiáticos.

## Palavras como produções de sentidos

Uma das principais características dos estudos do politicamente correto é a observação do uso das palavras como produções de sentidos, em que a língua é vista como um instrumento, mas não como um instrumento neutro. Menção que o filósofo Jacques Derrida fez em seus estudos sobre linguagem.

Assim, dentro dos princípios do

politicamente correto chamar uma mulher de vaca, vadia ou histérica, não é apenas uma liberdade de expressão, mas um xingamento extensivo a todas as mulheres.

O politicamente correto, enquanto metodologia, implica em observar, por exemplo, como o interlocutor nomeia o outro e o porquê assim o faz. A situação está nas questões do cotidiano como o complexo nomear alguém que pilota motocicleta.

A decisão de chamá-lo de motoqueiro ou motociclista não é tão simples. Isso porque a expressão motoqueiro denota aquele que utiliza a motocicleta de forma irresponsável, o “cachorro louco”, os motoboys. Já o motociclista é o indivíduo sintonizado e consciente de sua responsabilidade no trânsito. Ao decidir pelos termos, se está reservando um lugar social para o indivíduo.

O mesmo ocorre, na imprensa, quando se chama adolescentes de classe média e brancos, portando grandes quantidades de drogas, de “jovens usuários”. Ao contrário, quando se nomeia indivíduos negros jovens com drogas, independentemente da quantidade, de “traficantes”. São escolhas linguísticas que dizem muito sobre o falar do interlocutor em relação ao objeto ou indivíduo a que se refere.

Essas escolhas também são persistentes ao nomear outros grupos. O chamar alguém com Aids de portador de HIV ou doente de Aids, ao invés de aidsético; uma pessoa portadora de hanseníase a leprosa; lésbica a sapatão; pessoa com

deficiência física a aleijado; pessoa com síndrome de Down a retardada não são apenas escolhas aleatórias ou sinônimas. As expressões são carregadas de sentido e dizem muito sobre quem nomeia.

Na contemporaneidade, essas questões têm sido prementes. Atualmente, alguns grupos ligados às questões de gênero e transexualidade têm questionado até mesmo o uso do masculino na língua. Questionam o porquê em uma sala de aula, por exemplo, em que se tem apenas dois homens e vinte mulheres o gênero dominante é o masculino. Toda a turma é chamada de “os alunos”, mesmo que nessa sala tenha uma maioria de alunas. Os grupos feministas questionam ainda porque o termo “homem” é sinônimo de humanidade.

Nessa perspectiva, muito pode ser analisado e questionado. Por exemplo, por que a África é descuidadamente e erroneamente reduzida a um “país” e não é vista como um continente complexo, formado por mais de 54 países e nove territórios, cobrindo seis por cento do planeta?

Por que muitos livros didáticos e informações midiáticas afirmam que o Brasil foi “descoberto” em 1500? Na construção metodológica do politicamente correto, os europeus chegaram ou invadiram o Brasil em 1500 e subjugarão as sociedades indígenas que já estavam constituídas aqui. Ou sejam, os europeus não descobriram nada. A afirmação que eles descobriram é como o legitimar o processo de colonização.

## Terminologias e humanização

O cuidado no uso das terminologias é a base teórica do politicamente correto. Elas implicam na compreensão e conteúdo de textos e pessoas. Por exemplo, chamar um indígena de “índio” é considerado algo bastante incorreto e preconceituoso, assim como dizer que ele vive em “tribo”. Tanto “índio” como “tribo” são termos coloniais, que reduzem esses grupos a objetos e não sujeitos.

Em relação ao negro, os termos têm sofrido mudanças significativas no decorrer dos tempos. Na contemporaneidade, o termo “negro”

passou a ser algo maior, que vai além da cor da pele. Assim, o termo “preto”, considerado como estereótipo por muito tempo, foi reabilitado e tanto os movimentos sociais negros e os órgãos de estatística como o IBGE, passaram a utilizá-lo para designar os indivíduos com a matiz da pele mais escura. As pessoas com a cor da pele menos escura passaram a ser designadas pardas; algo pejorativo no passado, mas também expressão reabilitada. Assim, ao mencionar negro, na atualidade, se está referindo às pessoas pardas e pretas.

O termo “mulato”, que antes era mencionado sem grandes problematizações, hoje tem sido evitado, principalmente por sua origem semântica. Conforme muitos linguistas, o termo significa o cruzamento entre cavalo e burra. Nesse contexto, “mulato” seria pejorativo e estigmatizante. O termo tem sido cada vez menos mencionado pelos movimentos sociais e tende a desaparecer.

Alguns manuais de redação e estilo, adotados por redações jornalísticas, chegam a proibir veementemente que jornalistas utilizem em seus textos o verbo “judiar” por fazer referência estigmatizante a “judeus”. Até mesmo o termo “gringo” é considerado incorreto, pois faz referência negativa à pessoa estrangeira, denotando xenofobia.

A questão é tão séria que, em 2012, a Procuradoria da República, da cidade mineira de Uberlândia, apresentou Ação Civil Pública contra a forma como o termo “cigano” era tratado no dicionário Houaiss, que o colocava como sinônimo de “aquele que trapaceia; velhaco, burlado; aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina”. A alegação da Procuradoria da República era que o sinônimo para cigano no dicionário Houaiss era uma visão depreciativa de todo um grupo.

Outras expressões que, no contexto do politicamente correto, provocam grandes tensões linguísticas são aquelas envolvendo identidades sexuais, envolvendo os LGBTQIA ou LGBTI+, referindo-se a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, queer e assexuais, dentre outros.

Os termos são bastante complexos e

aparecem e transmutam com muita intensidade. Termos como cisgênero (indivíduo que se identifica com o seu gênero biológico), não-cisgênero (aquele que não se identifica com o seu gênero dado biologicamente), homem trans (indivíduo que nasce com órgãos femininos, mas se identifica com o masculino e pode fazer o processo de transição); mulher trans (indivíduo que nasce com órgãos masculinos, mas se identifica com o feminino e pode fazer o processo de transição); binário (classificação tradicional para homem e mulher); não-binário (termo guarda-chuva para identidades de gênero que não sejam referentes apenas a homem ou mulher) e vários outros representam desafios para comunicadores, educadores e, também os demais segmentos sociais de como nomear corretamente os outros.

Dessa forma, o politicamente correto está longe de ser algo que censura ou embota a criatividade. Ele transcende a liberdade de expressão para a responsabilidade de expressão. Deve ser visto muito mais como uma metodologia que adequa as linguagens verbal e não-verbal à contemporaneidade dos segmentos étnico-sociais.

O politicamente correto utilizado no campo educativo, midiático e, também, educacional regula as relações sociais na preservação da cidadania e dos direitos humanos. Assim, o politicamente correto tende a reduzir estereótipos, preconceitos e discriminações.

\*Professor da ECA-USP e membro da Comissão de Direitos Humanos da USP

Quem vive  
na correria,  
não sabe  
o que é parar  
quieto.

Inscreva-se  
em [fmu.br/pos](http://fmu.br/pos)



FMU FMU

/// Pós-graduação

**FMU**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

